



PG-033 – Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

FUNDAÇÃO
renova

Definição do Programa

Novembro/20

Sumário

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA.....	2
1. Sumário executivo	3
2. Objetivo	7
3. Metodologia utilizada	7
4. Declaração do programa	9
Objetivo	9
Área de Abrangência	9
Diretrizes Fundamentais.....	10
Requisitos.....	12
Premissas.....	12
Divulgação do Programa	13
Ações realizadas até a definição do programa.....	13
Mobilização do conhecimento e identificação das soluções – Elaboração do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.....	14
Solução Construída e Fundamentação Teórico- Metodológica.....	22
O Caminho Escolhido – Processo e Projetos.....	28
Processo de Interface: Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis	32
Projeto de Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para da Bacia do Rio Doce.....	38
Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce	47
Projeto 3: Formação de Lideranças Jovens	55
5. Planejamento consolidado do programa	62
Custo do programa (R\$ milhão)	62
Cronograma do programa	64
Papeis e Responsabilidades	65
6. Plano de resultados.....	66
Indicadores do Programa	66
Fichas dos indicadores	68
Critérios para encerramento do programa.....	84
Monitoramento e Avaliação.....	85
7. Referências Bibliográficas	87
8. Bibliografia consultada.....	89
9. Anexos	92

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA

Data	Id	Resumo da mudança
03/07/17	00	Emissão Inicial
16/10/17	01	Revisão realizada entre a definição da etapa 01 e da etapa 03 e em função das contribuições do Encontro de Prosa e Saberes
14/02/18	02	Revisão realizada em função das seguintes contribuições: Oficina Diálogos com a Gestão Pública; contribuições virtuais e da Nota Técnica nº 003 de 12 de dezembro de 2017 da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo – CT-ECT.
30/04/2018	03	Revisão realizada em função da Nota Técnica nº 007 de 20 de março de 2018 da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo – CT-ECT.
13/06/2018	04	Revisão realizada em função da reunião extraordinária com Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo – CT-ECT, representantes da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, representantes da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).
25/06/2018	05	Revisão realizada em função da Nota Técnica nº 011 de 18 de junho de 2018 da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo – CT-ECT.
17/01/2020 a 13/11/20	06	Revisão realizada em função da Cláusula 203 do TTAC

1. Sumário executivo

Este documento tem como finalidade formalizar a revisão da Definição do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce de acordo com Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) em função da Cláusula 203:

CLÁUSULA 203: A cada 3 (três) anos da assinatura deste ACORDO, a FUNDAÇÃO fará a revisão de todos os PROGRAMAS, de forma a buscar e mensurar a efetividade das atividades de reparação e compensação e submeterá ao COMITÊ INTERFEDERATIVO.

Nos dias 15 e 16 de Janeiro de 2020 realizou-se a Oficina de Revisão do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce com representantes da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo (CT-ECLT) no intuito de estabelecer os ajustes necessários nos objetivos, escopo, indicadores e critérios de encerramento do programa para garantir um melhor atendimento às cláusulas previstas no TTAC e às Deliberações 136, 178, 240, 288 e 343.

A definição deste programa foi aprovada pelo Conselho Interfederativo, por meio da Deliberação CIF nº 178 de 29 de Junho de 2018.

O Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce está proposto no âmbito da **compensação** pelos impactos do rompimento da Barragem de Fundão, implicando a adoção de medidas e valores alternativos, não necessariamente relacionados ao impacto direto do ocorrido.

Considerando que a área de conhecimento - *Educação Ambiental* - está permeada por diversos campos teóricos e pedagógicos, legítimos, suscitando diferentes interpretações, nomeou-se o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce para dar enfoque ao objeto de intervenção, que se quer transformar, a Bacia do Rio Doce.

Sendo assim, seu objetivo é **implementar processos de educação socioambiental que desenvolvam competências e habilidades para engajar pessoas e coletivos no desenvolvimento de iniciativas para a revitalização dos territórios atingidos.**

Para atendimento desse objetivo, entende-se a necessidade de promover a participação, a organização e o controle social, a governança democrática e as práticas

e tecnologias sociais, com vistas à revitalização. Assim, foram definidos projetos e processo a serem implementados durante a execução do programa.

Nas tabelas abaixo, estão descritos os objetivos dos projetos e processo que integram o programa, o tempo de duração e custos estimados.

Processo/Projeto	Objetivos
Processo Interfaces Educação para Planejamento de Território Sustentáveis	Apoiar a qualificação dos diversos processos de revitalização, sua integração e sustentabilidade por meio da participação e desenvolvimento de capacidades dos atores locais envolvidos nas ações da Fundação Renova.
Projeto de Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce	Promover o fortalecimento institucional e o aprendizado social por meio da consolidação de redes estruturadas e políticas públicas para revitalização da Bacia do Rio Doce.
Projeto Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce	Desenvolver processos de formação continuada de educadores e gestores da rede pública dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão para a construção de projetos pedagógicos comprometidos com a revitalização das áreas atingidas.
Projeto Formação de Lideranças Jovens	Engajar jovens em projetos territoriais voltados a revitalização ambiental, social, econômica e cultural da Bacia do Rio Doce.

Tabela 1: Relação de Projetos do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

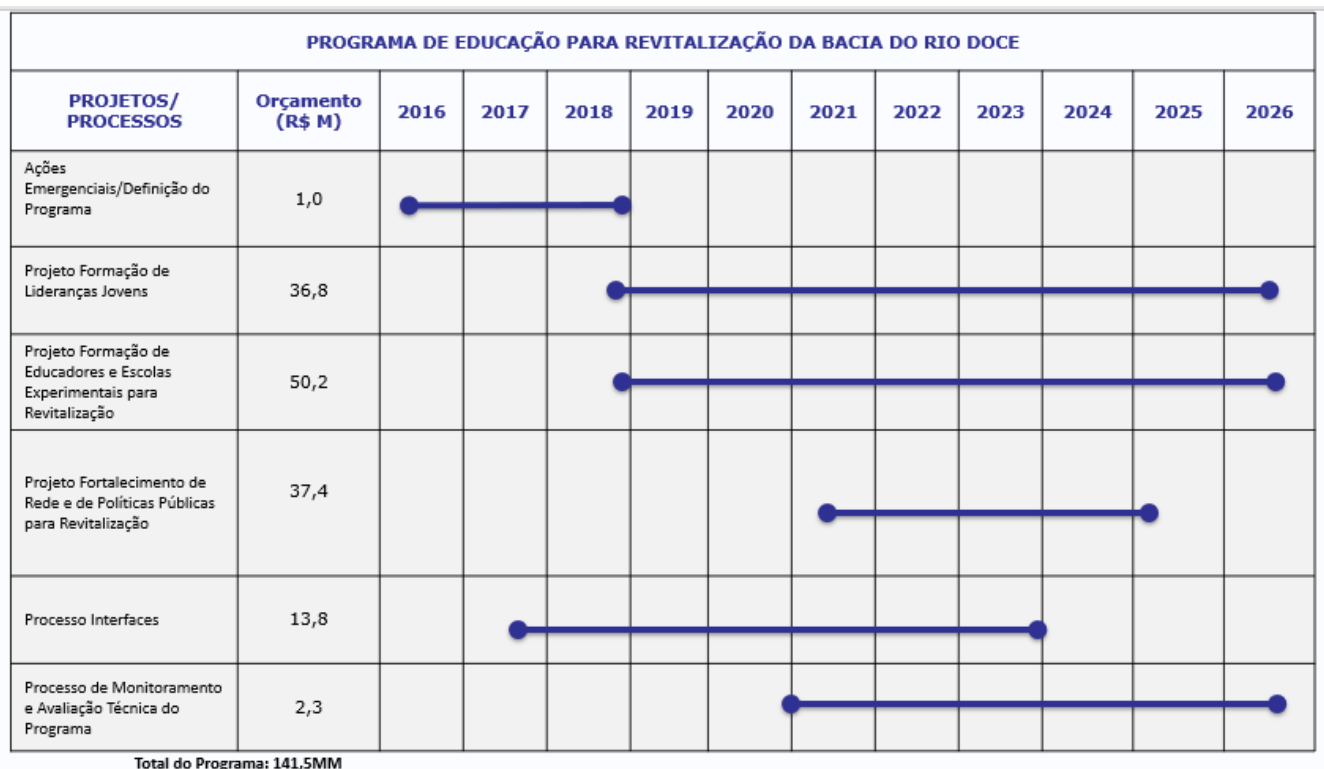


Figura 1: Cronograma e Custo Estimado do Programa.

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar o alcance dos objetivos, foram definidos os indicadores listados na tabela abaixo.

Projeto	Indicador	Unidade	Meta(*)
Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização	I01- Número de vagas disponibilizadas para o Curso de Aperfeiçoamento	Nº	9.000
	I02 - Número de bolsas de estudo disponibilizadas para o Curso de Aperfeiçoamento	Nº	9.000
	I03 - Número de Projetos Pedagógicos Experimentais de Sala de Aula fomentados no Curso de Aperfeiçoamento	Nº	1.105
	I04 - Número de vagas disponibilizadas para o Curso de Especialização - Lato Sensu	Nº	78
	I05 - Número de bolsas de estudo disponibilizadas para o Curso de Especialização - Lato Sensu	Nº	78
	I06 - Número de Projetos Pedagógicos Experimentais de Escolas fomentados no Curso de Especialização - Lato Sensu	Nº	1.105
	I07 - Número de vagas disponibilizadas para Projetos de Extensão - Mestrados	Nº	39
	I08 - Número de bolsas de estudo disponibilizadas para Projetos de Extensão - Mestrados	Nº	39
	I09 - Número de Projetos Pedagógicos Experimentais dos Municípios fomentados nos Projetos de Extensão para Mestrados	Nº	39
	I10 - Número de vagas disponibilizadas para Projetos de Extensão - Doutorandos	Nº	20
	I11 - Número de bolsas de estudo disponibilizadas para Projetos de Extensão - Doutorandos	Nº	20
	I12 - Número de Projetos Pedagógicos Experimentais da Região fomentados nos Projetos de Extensão para Doutorandos	Nº	20
Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce	I13 - Número de vagas disponibilizadas para capacitação e fortalecimento de instituições socioambientais locais	Nº	120
	I14 - Número de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais	Nº	120

Formação de Lideranças Jovens	I15 – Número de vagas disponibilizadas para capacitação de lideranças jovens	Nº	3.000
	I16 – Número de projetos de juventudes fomentados	Nº	120

Tabela 2: Indicadores do programa.

(*) Os números das metas correspondem à 100% das vagas, bolsas e fomentos disponibilizadas

O encerramento do programa se dará no prazo de dez anos contados após o início das atividades conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula 172 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC. Considerando que as ações emergenciais iniciaram em agosto de 2016, o encerramento deste programa ocorrerá em agosto de 2026, conforme os critérios abaixo relacionados:

O Projeto Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce se encerrará quando:

1. Realizar a oferta de 9.000 vagas para o Curso de Aperfeiçoamento até dezembro de 2022;
2. Realizar a oferta de 9.000 bolsas de estudos para o Curso de Aperfeiçoamento até dezembro de 2022;
3. Realizar fomento à 1.105 Projetos Pedagógicos Experimentais de Sala de Aula até dezembro de 2022;
4. Realizar a oferta de 78 vagas para o Curso de Especialização Lato Sensu até julho de 2023;
5. Realizar a oferta de 78 bolsas de estudos para o Curso de Especialização Lato Sensu até julho de 2023;
6. Realizar fomento à 1.105 Projetos Pedagógicos Experimentais das Escolas até janeiro de 2024;
7. Realizar a oferta de 39 vagas para Projetos de Extensão para Mestrandos até dezembro de 2024;

8. Realizar a oferta de 39 bolsas de estudos para Projetos de Extensão para Mestrandos até dezembro de 2024;
9. Realizar fomento à 39 Projetos Pedagógicos Experimentais dos Municípios até julho de 2025;
10. Realizar a oferta de 20 vagas para Projetos de Extensão para Doutorandos até dezembro de 2025;
11. Realizar a oferta de 20 bolsas para Projetos de Extensão para Doutorandos até dezembro de 2025;
12. Realizar fomento à 20 Projetos Pedagógicos Experimentais da Região até julho de 2026.

O **Projeto Fortalecimento de Redes e Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce** se encerra quando:

1. Realizar oferta de 120 vagas para capacitação e fortalecimento de instituições socioambientais locais até julho de 2022.
2. Realizar fomento 120 Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais de revitalização ambiental, social, econômico e/ou cultural até setembro de 2024.

O **Projeto Formação de Lideranças Jovens** se encerra quando:

1. Ofertar 3.000 vagas para formação de lideranças jovens até março de 2025;
2. Fomentar 120 projetos de revitalização ambiental, social, econômico e/ou cultural elaborados pelos jovens até julho de 2026.

2. Objetivo

Este documento tem como finalidade formalizar a revisão da Definição do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce de acordo com Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), em função da Cláusula 203, de forma a explicitar seus objetivos, escopo e resultados esperados. Além disto, são descritos os indicadores de resultado e os critérios para encerramento do programa.

3. Metodologia utilizada

A figura abaixo demonstra a abordagem metodológica utilizada no desenvolvimento dos programas que estão sob responsabilidade da Fundação Renova.



Figura 2: Ciclo de vida do projeto

A etapa de definição do programa é fundamental para garantir que todas as questões relevantes necessárias para a definição do escopo e dos resultados esperados estejam claramente explicitadas entre a Fundação e as partes interessadas, representadas para este fim pelo Comitê Interfederativo - CIF e Câmaras Técnicas. A formalização e registro destas definições servirão como base para que os programas sejam dados por encerrados após o término de sua execução.

4. Declaração do programa

Objetivo

O programa tem como objetivo geral implementar processos de educação socioambiental que desenvolvam competências e habilidades para engajar pessoas e coletivos no desenvolvimento de iniciativas para a revitalização dos territórios atingidos.

Área de Abrangência

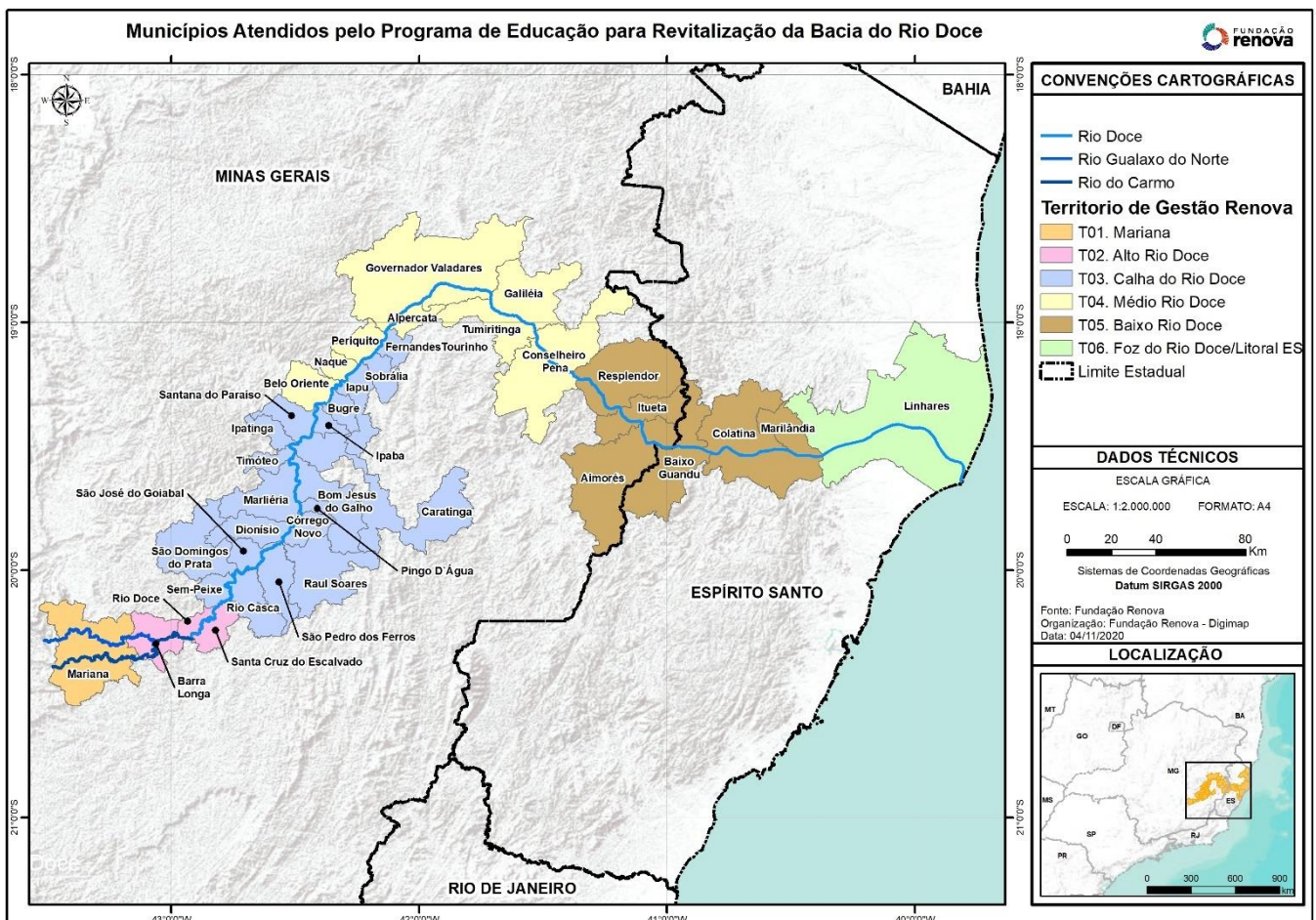


Figura 3: Área de abrangência do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

Diretrizes Fundamentais

O meu lugar concreto – que eu vivo cotidianamente – não é um lugar isolado, e está sempre suscetível a diversas influências e sua existência ou suas qualidades dependem de fatores sociais, econômicos e políticos que conformam uma realidade ambiental – por isso a chamamos de socioambiental. Nesse caso, “meu lugar” afetivo pode ficar no passado (na memória e na identidade) se não houver condições reais, sociais e ambientais para isso, em âmbito local e global. Aqui lugar pode configurar diferentes dimensões da vida social: o âmbito familiar, a minha rua, a comunidade, o município, a microbacia, a região, o país e o mundo. Todos sentimos na pele considerando o que houve com o rio Doce: tanto sua degradação ao longo do tempo, considerando o modelo econômico e de exploração dos recursos ambientais, quanto pelo rompimento da Barragem de Fundão.

O meu lugar só pode ser um Lugar concreto em que me sinto continuamente parte, se eu puder participar dos rumos da sua história, se ocorrer um trabalho contínuo e geralmente, para ser bem sucedido, é resultante de um trabalho de muitas mãos de pessoas e instituições públicas, não governamentais e privadas.

Aí chegamos ao desafio fundamental do Programa de Educação: **articular e fortalecer coletivos de pessoas e instituições** que estudem seus lugares, reflitam sobre o que produz os modelos degradadores da vida, proponham mudanças através de processos educativos, planejem os passos e responsáveis para realizar tais intervenções, se articulem com os múltiplos atores e coletivos responsáveis e façam parte do processo de mudança maior do que o próprio Programa - **o bem viver** na Bacia do Rio Doce e sua **revitalização**.

O desafio exige muito **diálogo, participação, interlocução e articulação colaborativas**, essenciais ao processo proposto: uma educação que sai das salas de aula, que buscará fazer do meu lugar um Lugar mais nosso, onde cada vez mais pessoas conhecem e **compreendem sua realidade** e o que a produz, se sentem parte e participam, com suas diferentes referências de vínculo e conhecimento, criando coletivos para a promover as **transformações socioambientais** que entenderem necessárias. Aí está, a modelagem de futuro não está dada – dependerá do processo de **diálogo social** proposto pelo Programa como base, inclusive, para orientar os conteúdos e métodos que

serão implementados pelo Programa.

O artigo 1º da Política Nacional de Educação Ambiental entende por **educação socioambiental** os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”

Educação Ambiental, Educação para a Sociedades Sustentáveis, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Educação para Redução de Riscos de Desastres são abordagens teóricas que tratam de forma diferente a perspectiva de sustentabilidade, mas que em comum colocam como eixo central da educação a transformação da realidade, do modelo insustentável de produção e consumo, sendo todas fundadas em bases democráticas de **participação social**.

Trata-se, portanto, de uma perspectiva de educação diretamente ligado à ação e, se não melhorarem a vida, não alcançam seus objetivos principais e missão. Falamos com o Programa, portanto, de uma educação social na medida em que depende de conjuntos da sociedade para promover tais mudanças. O Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce propõe re-significar o meu lugar – de meu virar nosso, ampliando o espectro espacial (minha casa para nossa rua, condomínio, escola, microbacia, nosso município...), partindo de atividades e oficinas que mapeiam, diagnosticam, planejam e executem suas ações de forma participativa¹.

Considerando a complexidade e abrangência do programa, elencamos outras diretrizes que poderão nortear a execução de suas ações:

- A água como matriz ecopedagógica;
- Identidade cultural e sentido de pertencimento territorial e vitalidade comunitária;
- Bem viver e ética do cuidado;

¹ Mapeamentos, Diagnósticos e Intervenções Participativos no Campo Socioambiental – Tassara e Ardans (MMA, 2007)

- Diálogo apreciativo e ecologia de saberes;
- A Carta da Terra;
- Transversalidade;
- Perspectiva temporal;
- Governança em rede de alianças e parcerias;
- Cooperação e fortalecimento institucional;
- Desenvolvimento continuado de capacidades;
- Mobilização social; e
- Comunicação social.

Requisitos

- O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal 9.795/1999) e seu decreto nº 4.281/2002. De acordo com a Lei, a educação ambiental envolve a promoção de processos pedagógicos que favoreçam a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental e a melhoria da qualidade de vida. Em seu artigo primeiro, define a educação ambiental como:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

- Cumprimento das Deliberações CIF: 058, 136, 178, 240, 288 e 343.

Premissas

- Destinação de verba compensatória para ações do programa;
- Entendimento de que o processo de revitalização não se restringe às

ações da Fundação Renova;

- Inserção da participação social no desenho e redesenho dos programas;
- Aprovação das ações de interface pelas Câmaras Técnicas responsáveis;
- Disposição das instituições e atores locais em participar dos processos e projetos de revitalização da Bacia do Rio Doce; e
- Disposição das prefeituras em implantar políticas, programas ou projetos para revitalização da Bacia do Rio Doce.

Divulgação do Programa

De acordo com a orientação da Nota Técnica nº 007 de 20 de março de 2018, da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo, toda a divulgação do Programa, seja por meio físico ou virtual, na forma de imagens ou sons, uma tarjapadrão que informe tratar-se de programa de compensação em função do desastre ambiental ocorrido em novembro de 2015 na Bacia do Rio Doce, decorrente do rompimento de barragem de mineração.

Ações realizadas até a definição do programa

As ações realizadas podem ser organizadas em duas fases, emergencial e de estruturação do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

Na fase emergencial, ocorrida entre os meses de julho de 2016 a dezembro de 2017, o programa atuou de forma pontual atendendo demandas das comunidades diretamente impactadas pelo rompimento da Barragem. Desta forma, realizou palestras, rodas de conversas, apresentação artística e passeios ecológicos que envolveram pessoas dos municípios de Mariana e Barra Longa.

Além disso, algumas parcerias foram firmadas a fim de testar modelos a serem implementados com a execução do programa. A exemplo do Instituto Pelo Bem do Planeta, com o Projeto Douradinho, voltado para comunidade escolar e o Plant For The Planet (Plantando pelo Planeta), que forma jovens para atuarem com os embaixadores da justiça climática.

Com relação à estruturação do programa, foram realizadas reuniões com a Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo (CT-ECLET) para definição da estratégia de construção participativa, assim como mobilização para conhecimento de atores para colaboração.

Mobilização do conhecimento e identificação das soluções – Elaboração do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

Entendendo que a necessidade de revitalização da bacia do rio Doce antecede o desastre socioambiental, advindo do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, mas que se amplifica e torna-se ainda mais complexa a partir dele, fica premente a estruturação de um conjunto de iniciativas que levem em conta as várias dimensões entrelaçadas (ambiental, econômica, social, cultural e política) para o empreendimento de um novo horizonte de recuperação/revitalização da bacia.

Nenhuma instituição seria capaz de empreender com efetividade essas iniciativas de maneira isolada, o que requer um processo de sensibilização, formação, envolvimento e comprometimento da diversidade de atores presentes no território da bacia do Rio Doce. Portanto, é necessário não apenas criar um ambiente institucional e social propício ao desenvolvimento dessas ações, mas também apoiar, preparar, formar e instrumentalizar pessoas, instituições e comunidades para que as ações sejam integradas, consistentes com a realidade de cada território e que reforcem sua efetividade e sustentabilidade.

Neste sentido, um aspecto central e que pretende ser um diferencial do Programa, foi o processo de elaboração e de implementação do mesmo ancorado em consistente interlocução social, sendo que foram feitos encontros, oficinas de diálogos e fórum de apresentação e validação da definição do Programa, com representantes do poder público e sociedade civil. A figura abaixo demonstra a linha do tempo com as principais etapas e prazos desta construção:

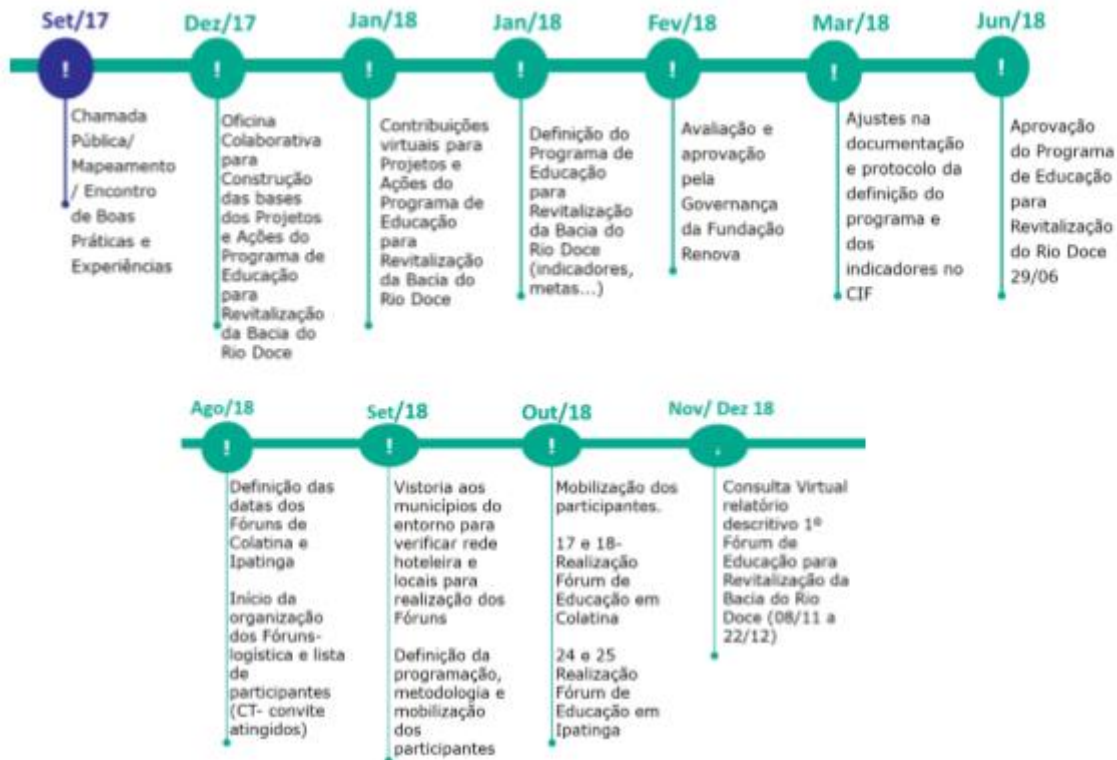


Figura 4: Linha do Tempo de Elaboração do Programa.

O Encontro de Prosa e Saberes

Realizado como marco do processo participativo de construção do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, o Encontro de Prosa e Saberes teve por objetivo o mapeamento, a aproximação e o intercâmbio de experiências e boas práticas para a revitalização do Rio Doce.

O Encontro valorizou as experiências oriundas da própria bacia do Rio Doce, e também proporcionou a inserção de experiências de fora da bacia que são portadoras de elementos inspiradores e de potencial de replicabilidade para o desenvolvimento de práticas de recuperação.

As experiências inspiradoras de educação e revitalização

Por meio de um chamamento público, foram inscritas 63 experiências de educação ambiental e revitalização, dentre as quais, 43 foram selecionadas e 39 participaram do Encontro de Prosa e Saberes. Além de instituições do terceiro setor, públicas e privadas, experiências comunitárias realizadas por atores sociais sem vínculos institucionais, também participaram deste processo, conforme demonstra a figura abaixo:

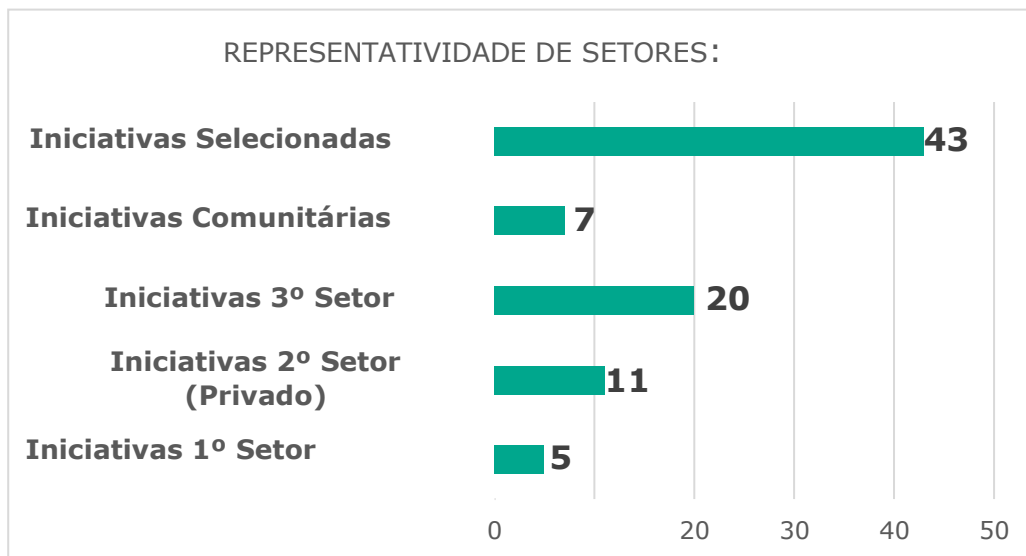


Figura 5: Representatividade de setores selecionados na Chamada de Experiências

As experiências foram apresentadas por meio de dinâmicas coletivas e trabalhos em grupo, nos quais se buscou entender o que motiva a participação no encontro e o compartilhamento de experiências. Também se buscou identificar, a partir da escuta e do diálogo, o potencial de replicabilidade de cada experiência, o que elas possuem em comum e como construir uma dinâmica de cooperação e atuação em rede em prol da recuperação da Bacia do Rio Doce.

Apontar o que deve e pode ser feito para a recuperação da Bacia do Rio Doce é um desafio instigante para o qual os participantes do Encontro encaminharam uma variedade convergente de proposições. O desafio mais latente é transcender da esfera individual para a esfera da atuação coletiva e da construção compartilhada de soluções.

As proposições apontadas pelos participantes no encontro foram sistematizadas, interpretadas e reorganizadas em 06 categorias de análise:

1. Governança Hídrica;
2. Vocações econômicas sustentáveis;
3. Ações corretivas e preventivas;
4. Dimensão humana;

5. Pertencimento; epParticipação social; e
6. Rede de experiências e de políticas de educação ambiental.

De modo geral, elas estão refletidas nos projetos do Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce. Essas categorias e suas relações com os subprogramas² constam no Relatório Analítico do Encontro de Prosa e Saberes, anexo 02, da Definição do Programa – Etapa Três de Junho de 2018 (FM-GPR-001 Rev. 05).

A Oficina Diálogos com a Gestão Pública

A segunda etapa de construção participativa do Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce foi a Oficina Diálogos com a Gestão Pública, realizada nos dias 05 e 06 de dezembro de 2017, em Governador Valadares-MG, voltada principalmente para gestores públicos municipais, estaduais e representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-DOCE) e de seus afluentes.

A oficina que contou com a participação de gestores públicos da área de educação e meio ambiente da maioria dos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão³, além de representantes do Governo de Minas Gerais, Espírito Santo e de 07 Comitês de Bacia do Rio Doce⁴ e especialistas da área, foi programada para acontecer de forma participativa, anteparada em metodologias e dinâmicas que valorizam o diálogo e a construção coletiva.

Na oficina foi destacado a importância das políticas públicas ancoradas na realidade socioambiental; no desenvolvimento de capacidades de gestores públicos, educadores e lideranças comunitárias e na valorização do protagonismo das escolas.

² A nomenclatura de subprograma foi substituída por projetos e processo em função das discussões com a Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo e por se entender que a nomenclatura sugerida está mais relacionada ao nível operacional proposto na definição.

³ Baixo Guandu, Colatina, Linhares, Aimorés, Barra Longa, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Fernandes Tourinho, Galileia, Governador Valadares, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Mariana, Marilândia, Naque, Periquito, Resplendor, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, Sobralia, Timóteo, Tumiritinga.

⁴ CBH-Doce, CBBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce/ES, CBH Santa Maria do Doce/ES, CBH-Santa Joana/ES, CBH-Piracicaba/MG, CBH-Piranga/MG e CBH-Suaçuí/MG

O detalhamento da oficina, assim como o embasamento teórico-metodológico, as principais contribuições dos participantes e dos especialistas, assim como o cardápio que poderá ser utilizado na execução deste programa, podem ser conferidas no Anexo 03 : Relatório Analítico da Oficina Diálogos com a Gestão Pública, da Definição do Programa – Etapa Três de Junho de 2018 (FM-GPR-001 Rev. 05).

Contribuições virtuais

Os encontros anteriores possibilitaram uma proposição do programa em três linhas de ação (subprogramas⁵) com objetivos, área de abrangência, público alvo, ações e produtos que foram submetidos à consulta e contribuição dos envolvidos na elaboração deste programa, a partir de uma plataforma virtual. Os resultados desta etapa podem ser conferidos no Relatório de Monitoramento, constantes no Anexo 07 da Definição do Programa – Etapa Três de Junho de 2018 (FM-GPR-001 Rev. 05).

Articulação Intersetorial – Fundação Renova

Além dos encontros promovidos com o público externo foram realizadas reuniões com outras áreas da Fundação Renova para entender e estabelecer o papel/interfaces da educação nos processos de reparação e compensação desenvolvidos em diversos programas.

Até o momento da revisão deste programa foram construídas a interface com os Programas de Recuperação de Nascentes (PG27), de Preservação Permanente e APPs (PG26); de Retomada das Atividades Agropecuárias (PG17) e de Diversificação Econômica (PG18).

Igualmente importante foi a articulação com a Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo e Turismo que contribuiu com toda proposta de elaboração participativa e as principais diretrizes do programa.

I Fórum de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

Este evento marcou a finalização da etapa de elaboração e início da etapa de execução do Programa Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, seus principais objetivos foram: a) Apresentação do Programa de Educação para

⁵ Vide comentário 03

Revitalização da Bacia do Rio Doce; b) recolher contribuições para implantação dos projetos e processo do programa; e c) Instaurar um espaço de debates, reflexão, monitoramento e avaliação do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

O Fórum ocorreu em dois municípios da Bacia, um em Colatina/ES, nos dias 17 e 18 de outubro de 2018 com a participação de 105 pessoas, e outro em Ipatinga/MG (Vale do Aço), nos dias 24 e 25 de outubro de 2018 e contou com a participação de 144 pessoas, entre representantes dos Comitês de Bacia do Rio Doce, representantes das comunidades e prefeituras atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, instituições com experiências em educação e revitalização de bacias hidrográficas, membros da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Turismo e Lazer, representantes de universidades e funcionários da Fundação Renova.

Os participantes do Fórum puderam realizar contribuições presencialmente durante os eventos e também virtualmente, após a sistematização e inserção do relatório final em uma plataforma virtual, formato Google Forms. Esse processo resultou em 166 contribuições para o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

O detalhamento desta etapa assim como o endereçamento das contribuições poderão ser conferidos no Relatório Analítico do Iº Fórum de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, protocolado no CIF por meio do OFI.NII.012019.4968 de 03 de janeiro de 2019 e nos Projetos Executivos – Versão 02 (FM-GPR-001 Rev. 02), protocolado no CIF (OFI.NII.072019.7435 de 26 de julho de 2019).

Histórico de Engajamento do stakeholders

Os principais stakeholders envolvidos na construção da solução e posteriormente chaves para a execução do programa foram:

- **A Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo e Turismo**, que construiu com a equipe da Fundação Renova a proposta de elaboração participativa do programa e contribuiu com a proposição das suas principais diretrizes.

- As **instituições/pessoas que desenvolvem processos educacionais e práticas de revitalização na Bacia do Rio Doce (organizações de base social e comunitária, escolas, universidades, organizações não governamentais, empresas e poder público)**, que foi alvo de interlocuções durante o Encontro de Prosa e Saberes, e que será peça chave na execução do programa, visto que um dos projetos propostos, consiste no fortalecimento destas instituições para atuarem de forma colaborativa em rede, em ações estruturantes de educação para revitalização da Bacia do Rio Doce.
- As **secretarias municipais/estaduais de educação e meio ambiente e os Comitês de Bacia do Rio Doce**, que participaram da Oficina Diálogos com a Gestão Pública, e serão atores chaves na elaboração e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais e na formação de educadores e implantação das escolas experimentais, ações previstas no Projeto de Fortalecimento de Rede e de Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce e no Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização.
- As **outras áreas e programas da Fundação Renova**, principalmente a de Uso Sustentável da Terra, se mostraram importantes stakeholders no processo de elaboração das estratégias de mobilização, formação e engajamento dos atores sociais envolvidos em seus programas. No Processo de Interface com a Educação, pretende-se desenvolver processos educativos que permitam aos atores envolvidos nas ações da Fundação Renova construir planos de futuro para subsidiar o desenvolvimento local.
- **Atingidos e atingidas** que participaram do Iº Fórum de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce e que contribuíram e contribuirão com as estratégias para implantação do programa.

No quadro abaixo estão descritas de forma resumida as ações de engajamento que foram executadas para construção da solução para este programa.

Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo

- Realização de reuniões periódicas;
- Alinhamentos conceituais;
- Elaboração de estratégias para construção participativa do programa; e
- Definição das principais diretrizes do programa.

Instituições/pessoas que desenvolvem processos de educação e revitalização de bacia

- Mapeamento das experiências/boas práticas relevantes à educação e revitalização da Bacia do Rio Doce através de uma chamada pública;
Seleção e mobilização das instituições/pessoas para participarem do Encontro de Prosa e Saberes para Revitalização da Bacia do Rio Doce; e
- Realização do Encontro de Prosa e Saberes que permitiu:
 - Conhecer o contexto dos territórios e das pessoas e instituições que fazem a diferença: qual suas dificuldades, que inovação e ideias trazem para o processo, o que têm a ensinar e aprender no processo;
 - Colaboração no processo de elaboração do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

Secretarias municipais/estaduais de educação e meio ambiente e os Comitês de Bacia do Rio Doce

- Mobilização (visitas e convites) para participação na Oficina Diálogos com a Gestão Pública;
- Realização da Oficina Diálogos com a Gestão Pública; e
- Colaboração no processo de elaboração do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.
- Articulação intersetorial;
- Realização de reuniões periódicas;
- Elaboração de Proposta Integrada de Recuperação de Nascentes e Áreas de Preservação Permanente (APPs); e
- Elaboração do Projeto Integrado de Desenvolvimento dos Assentamentos da Reforma Agrária.

**Outras áreas da Fundação Renova
– Usos Sustentável da Terra**

- Mobilização para participa do I Fórum de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, por meio da Câmara Técnica de Educação, Cultura
- Contribuições no I Fórum de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, por meio da Câmara Técnica de Educação, Cultura

Atingidos e Atingidas

Quadro 1: Histórico de engajamento com os stakeholders.

Na tabela abaixo é possível verificar o número de envolvidos na elaboração e validação do Programa:

Número de Pessoas Envolvidas na Elaboração/Validação do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce	
Evento	Nº de Participantes
Encontro de Prosa e Saberes	64
Oficina Diálogos com a Gestão Pública	80
I Fórum de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce	259
Total	403

Tabela 3: Número de pessoas envolvidas na elaboração/validação do Programa

Solução Construída e Fundamentação Teórico-Metodológica

Conforme detalhado anteriormente a elaboração do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce foi ancorada em um planejamento participativo, colaborativo envolvendo atores externos e internos.

Essas etapas possibilitaram um entendimento de que o processo de revitalização da bacia do Rio Doce, não se inicia com a institucionalização da Fundação Renova e tão pouco se finda ali. Por isso, a concepção do programa parte do reconhecimento das peculiaridades dos diversos territórios, da diversidade de atores (institucionais e sociais) e de suas dinâmicas e responsabilidades próprias (buscando uma combinação de processos sociais horizontais com as estruturas verticalizadas das instituições).

A estrutura de processo e projetos apresentada pelo Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, representa o esforço de sistematizar os resultados das reflexões e contribuições realizadas na fase de mobilização do conhecimento (item 4.3), além das Notas Técnica números: 003/2017, 007/2018 e 011/2018 elaboradas pela Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo e deliberações CIF: 136, 178, 240 e 343.

O Programa tem na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99), o seu fundamento legal e no planejamento territorial e na práxis, o seu eixo teórico- metodológico.

Sendo assim, a metodologia proposta para todos os projetos e processo do programa assume a estratégia de realizar leituras dos territórios e de suas realidades, a partir do olhar das pessoas que vivem nestes espaços,

possibilitando reflexões sobre as práticas estabelecidas (passado/presente) e o planejamento compartilhado do futuro repensado/desejado (transformação/revitalização). Na visão de Quintas, essas leituras se realizam:

(...) sob a ótica da complexidade do meio social e o processo educativo deve pautar-se por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório. Aqui se acredita que, ao participar do processo coletivo de transformação da sociedade, a pessoa também estará se transformando. (QUINTAS, 2004, p.130).

No espaço pedagógico é a partir destas leituras que se propõem o intercâmbio teoria/prática, a práxis. O que se pretende é que ao trazer investigação/conhecimento sobre os territórios (teoria), são geradas reflexões (absorção do conhecimento, crítica, interação social) e daí a formação da experiência, da criação ou melhoramento das práticas.

Revitalização

"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos, e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."

(Eduardo Galeano)

As ideias de vitalidade são diversificadas em cada cultura, cada povo, mas também se diversificam no âmbito comunitário e familiar. Vitalidade, entre tantos significados, está ligada a força ou aptidão para a vida, energia, vigor, entusiasmo, capacidade de ação. O conceito tem sido tratado em várias áreas do conhecimento: biologia, conservação ambiental, gestão de águas, cultura e vida social de comunidades, de povos e de sociedades. Atualmente o conceito tem refletido e reforçado a responsabilidade da escolha, da obrigação de ações voltadas à garantia de um "futuro melhor", uma vida saudável, extensa, prazerosa e feliz. (artigo Era da Vitalidade: cartografia do presente).

Com o advindo e ampliação das discussões sobre desenvolvimento sustentável e o entendimento da importância que têm as comunidades locais, coletivos e redes para a sustentabilidade socioambiental muitos cientistas sociais, educadores de vários países, incluindo o Brasil, começaram a utilizar o termo revitalização como uma busca por um novo equilíbrio que articule a vitalidade

social, comunitária, cultural com a dos ecossistemas.

Não se trata de voltar ao passado, mas criar uma nova realidade considerando também a história, referências onde os vínculos sociais, a colaboração, a generosidade eram valores essenciais, de sobrevivência dos espaços comunitários, e onde o relacionamento das comunidades com o ambiente ocorria em bases mais sustentáveis. Trabalhos e estudos foram e vêm sendo realizados por se reconhecer a vulnerabilidade das comunidades locais no mundo moderno e contemporâneo, considerando o modelo insustentável de produção e consumo.

Do ponto de vista socioambiental, revitalizar têm sido tratado como “renovar a vitalidade do território como um ecossistema integral, criando condições favoráveis para a participação social e convivência harmoniosa entre o homem e a natureza a partir da realidade socioeconômica do espaço, com vistas à sustentabilidade” (Adaptado Ministério Meio Ambiente).

Como o conhecimento é parte inseparável das comunidades que o produzem, o Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce buscará fortalecer grupos e coletivos que possam funcionar como “comunidades de práticas”, compostas por pessoas e instituições.

Na base do funcionamento de comunidades de práticas estão as redes de troca e produção de conhecimento contínuos, que compartilham descrições e avaliam a implementação das mesmas. Vale ressaltar que as “Comunidades de Práticas” requerem um senso de missão: há algo que as pessoas desejam atingir conjuntamente, que emerge a partir de sua compreensão compartilhada. (ALLEE, 2000).

Para subsidiar as comunidades, grupos e coletivos que elaborarão um processo de planejamento participativo – cenários e planos de futuro desencadeando projetos político-pedagógicos territoriais – a ser executado pelo programa, serão também aportados “cardápios” das práticas que se deseja aprofundar, consolidar e espalhar pelos lugares e territórios da bacia do Rio Doce. O cardápio será constituído compondo o processo coletivo de pesquisa e conhecimentos locais e de outras práticas existentes e consideradas importantes pelos grupos como base, também, para a incorporação de novas práticas portadoras de elementos inspiradores e de potencial de replicabilidade

no contexto da bacia do Rio Doce.

Neste contexto, o último Encontro de prosa e saberes para a revitalização da bacia do rio Doce (setembro/2017), congregou 39 organizações com práticas de educação e revitalização de bacia hidrográfica, por meio de um chamamento público. Realizado no marco do processo participativo de construção do Programa de Educação para Revitalização da bacia do rio Doce, o Encontro fez um mapeamento inicial, uma aproximação para potencial intercâmbio e formação de uma rede de experiências e práticas para a revitalização.

Para exemplificar o que será realizado, levantamos práticas e conceitos que têm como horizonte comum a revitalização da bacia de um rio, valorizando a cultura local e as redes e ações que já estão em curso na bacia do rio Doce. Uma conceituação, categorização e descrição serão feitas com o processo participativo a ser realizado pelo Programa, considerando os múltiplos atores envolvidos e participantes.

As práticas não são isoladas, e podem ser encadeadas para gerar um ciclo virtuoso **de ação, reflexão, ação** elevando, a cada ciclo, o grau de empoderamento e de integração entre as mesmas para gerar transformações na realidade dos lugares-território, a partir dos sonhos e visões das próprias comunidade que são protagonismo das ações. Um primeiro exercício poderia organizar as práticas de revitalização da seguinte forma:

- a. **Participação em instâncias municipais e regionais de governança** tais como Comitês de Bacia, Conselhos Municipais de Políticas Públicas;
- b. **Atividades produtivas**, com a identificação e valorização das vocações econômicas sustentáveis da bacia, tais como empreendedorismo comunitário, economia solidária, manejo de pasto, agrofloresta, produção de mudas, artesanato, técnicas construtivas (drenagem, permacultura, etc), alimentação, hospitalidade e turismo de base comunitária considerando o potencial simbólico-turístico da nascente do rio Doce (a exemplo do rio São Francisco)
- c. **Conservação ambiental**, integrando a perspectiva de plantar floresta e água;
- d. **Gestão comunitária**, considerando a gestão partilhada de recursos naturais, a produção de alimentos e de bens de consumo de subsistência;
- e. **Atividades cotidianas** com exemplos de práticas cotidianas em uma

residência ou propriedade como o uso e reuso de água; bioconstrução e permacultura, conhecimento de culinária local (pancs, receitas com produtos locais); quintais agroflorestais etc.

São diversificados os campos de conhecimento, conceitos e ferramentas para construção de sociedades sustentáveis e que agregam o conjunto de práticas coerentes com as diretrizes do Programa de Educação. Têm sido muito discutidos conceitos e processos como a agroecologia, soluções baseadas na natureza, infraestrutura verde, saneamento sustentável, permacultura, fitorremediação e cidades sensíveis à água. Diversificadas áreas do conhecimento poderão fazer parte dos processos educativos desenvolvidos no Programa, definidas a partir do interesse dos públicos envolvidos com os processos de aprendizagem.

Considerando todos estes aspectos, citamos um exemplo japonês de revitalização, desenvolvimento comunitário e sustentabilidade chamado de Jimotogaku, que pode ser traduzido por “estudo de comunidade”. Na cidade de Minamata, o contexto de modernização e industrialização do Japão somou-se ao depósito de mercúrio nas águas marinhas que, pela cadeia alimentar, afetou a saúde da população local. Aquele contexto onde muitas comunidades rurais começaram a decrescer em termos populacionais pela migração dos jovens às cidades e, localmente, ampliando-se a dificuldade em adaptar-se ao modelo econômico de produção e consumo, ocorreu um processo social que depois ficou conhecido mundialmente e transformou-se em metodologia para revitalizar a vida das comunidades. O desafio era adaptá-las ao presente, vinculando valores e conhecimentos tradicionais à identidade com atividades produtivas, ampliando seu valor agregado: produção e venda de produtos orgânicos com origem, turismo de base comunitária, revitalização do artesanato antigo, culinária entre outros.

Uma ligação entre passado e presente permitiu encontrar um modelo de desenvolvimento local muito bem sucedido e com intensa atividade intergeracional. Embora esteja distante geograficamente, nos faz pensar e encontrar situações e enfrentamentos comuns no contexto da globalização. A ideia de vitalidade comunitária trazida pelos estudos de Felicidade Interna Bruta (FIB) também nos ajuda a constituir um entendimento para um processo

virtuoso de interação e participação social no processo de desenvolvimento integral e sustentabilidade de um território.

Essas discussões têm sido incorporadas aos processos das Nações Unidas que trabalham os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a educação ambiental. No Brasil, ganhou muita força a perspectiva teórica de construção de sociedades sustentáveis, considerando a multiculturalidade e a diversidade de povos, que indica que podem gerar muitos modelos de desenvolvimento integrados ao processo nacional e ao mundo globalizado.

Segundo a então vice-Procuradora Geral da República, Deborah Duprat (2007), a Constituição de 1988 passa a falar não só em direitos coletivos, mas também em espaços de pertencimento, em territórios, com configuração distinta da propriedade privada: territórios como "lócus étnico e cultural". Referindo-se ao artigo 216 que descreve os territórios como espaços onde os diversos grupos formadores da sociedade nacional têm modos próprios de expressão e de criar, fazer e viver (incisos I e II), a procuradora afirma que, na linha do direito internacional, a Constituição "rompe a presunção positivista de um mundo preexistente e fixo, assumindo que fazer, criar e viver dão-se de forma diferente em cada cultura, e que a compreensão de mundo depende da linguagem do grupo" (Duprat, 2007). De modo geral e de um ponto de vista jurídico, a defesa da diversidade cultural passa a ser um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana.

No rio Doce não é diferente: os municípios afetados apresentam essa multiplicidade de formas de organização local (e comunitária), conhecimentos tradicionais aliados com tecnologias sociais, modelos produtivos etc que podem e devem encontrar seus modelos organização em nível local, que dialoguem e ganhem coerência e coesão em nível regional (da bacia, estado, país). O caminho escolhido pelo Programa de Educação foi a de construção de cenários de futuro e elaboração de planejamentos que contenham essa diversidade e apontem ações que não estejam somente vinculados às atribuições e responsabilidades do programa. Instrumentos que proporcionem um olhar amplo de muitos grupos, comunidades e redes para o futuro da bacia do rio Doce e que, no decorrer de sua elaboração, definam caminhos e responsáveis por transformações sustentáveis.

Sem planejamentos que vão se integrando, que geram acordos e pactos interinstitucionais, e sem uma coesão social e técnica mais amplas, será difícil revitalizar a bacia. O Programa propõe, portanto, um processo progressivo e sucessivo de alinhamento, articulação e pactuação para a revitalização da bacia do rio Doce, favorecendo uma cidadania socioambiental.

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição Brasileira, grifos nossos)

Embora tenhamos as bases legais e esforços institucionais para re-construção da vida na bacia do rio Doce, se não houver compromisso e insistência contínua na construção de pontes e convergências para o futuro desse Nosso Lugar, considerando os desafios dos contextos políticos e institucionais, dificilmente superaremos o modelo de insustentabilidade posto.

O Caminho Escolhido – Processo e Projetos

O Programa terá duração de 10 anos e atuará no municípios da Área Ambiental I. Como estratégia de educação formal, não formal e de educação difusa, está estruturado em três projetos e um processo orientados para trabalhar com diferentes públicos, atores sociais que serão promotores e receptores dos processos educativos:

- a. **Processo Interface Educação para Planejamento de Territórios Sustentáveis** – com agricultores e outros atores envolvidos com programas técnicos da Fundação Renova;
- b. **Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce** – com a comunidade escolar (com foco nos educadores e gestores da rede pública de ensino);
- c. **Projeto de Formação de Lideranças Jovens** – com as juventudes locais (entre 15 a 29 anos); e
- d. **Projeto de Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce** – com

instituições educadoras locais, gestores públicos e lideranças comunitárias;

Em todos Projetos e Processo há um entendimento comum de que fazer ações dispersas, independentes e com base em opiniões individuais têm pouco resultado.

Para gerar mudanças reais é necessário fortalecer coletivos que busquem conhecer melhor seu lugar (trazendo seus múltiplos olhares – Lugar Nosso), avaliar como é a vida nesse Lugar e reconhecer modelos de referência a partir de ideias de bem viver e vitalidade, planejar e realizar processos educadores – intervenções – para transformar esse lugar.

O primeiro passo é sempre um processo de mobilização e articulação de atores chave para iniciarem grupos de trabalho, processos educativos. Essa ideia de mobilização e articulação está, na verdade, na base e em todo o andamento das ações, sendo o desafio principal, ampliar os grupos e coletivos que forem se formando no decorrer da implementação do Programa, ampliar uma rede engajada em educ-Ação, formando uma arquitetura de rede capilar na sociedade.

Essa ampliação de pessoas e instituições nos grupos que se formaram mostra também vitalidade dos processos. A mobilização e articulação são, portanto, um eixo transversal e contínuo das ações.

O nível de participação garantirá o engajamento e é variado de acordo com o propósito da ação. Ele pode ser desde a transmissão e consulta às partes interessadas, na maioria das vezes conduzido pela Fundação Renova, passando pela cooperação, onde Fundação e Comunidade constroem juntos, até ao nível de participação ativa, com empoderamento e autogestão dos atores envolvidos, conforme demonstra figura abaixo:



Figura 6: Níveis de participação comunitária proposto pelo Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

Em seguida serão realizados Mapeamentos sociais e diagnósticos⁶. No primeiro são definidos territórios (lugares nossos), levantados e mapeados os conhecimentos sobre aquele lugar e reconhecidas as múltiplas experiências de revitalização existentes. Nos Diagnósticos são expressas as referências individuais e coletivas de bem viver e de revitalização. Avaliada a realidade do lugar tendo em vista os valores expostos e escolhidas as experiências mais relevantes para a construção de um futuro desejável.

Os territórios são fragmentos do espaço geográfico, definidos pelo resultado da ação dos atores, ou seja, pelas ações coletivas, que dominam e se apoderam do espaço, estabelecendo limites através de relações de poder (REFFESTEIN, 1993). Assim, os territórios são definidos pela territorialização das relações sociais. Tais relações são construídas ao longo do tempo e, portanto, estão enraizadas no passado, representando valores, conhecimento, conexões sociais, instituições e sistemas de produção que existiam lá e foram transformados (PIVITEAU apud, DEMATTEIS; GOVERNA, 2005).

Nesse processo de construção social dos territórios, as comunidades são consideradas em relação à sua ação coletiva. Elas são responsáveis, ao longo do tempo, por estabelecer a identidade local que permite o reconhecimento de indivíduos de um determinado território como membros desse grupo territorializado (GOVERNA apud DEMMATEIS; GOVERNA, 2005). Essa

⁶ Por meio de cartografias sociais; análises de paisagem; mapas de percepções; mapeamentos e diagnósticos participativos; diagnósticos rurais participativos; dentre outras metodologias.

identidade compartilhada e o sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade são condições para a ação coletiva e conseqüentemente para a definição dos limites territoriais.

Tais limites só são definidos quando essa comunidade se apropria dos recursos territoriais, sejam eles materiais ou imateriais, denominados também de capitais territoriais por serem únicos e específicos de uma determinada localidade, e construídos pela ação social no médio e longo prazos. Como exemplo de capital territorial, podemos citar os ativos naturais, patrimônios materiais - como edifícios, monumentos, documentos, artes, etc. - e patrimônios imateriais - linguagem, crenças espirituais, tradições, costumes e práticas, etc. (DEMMATEIS; GOVERNA, 2005). Assim, há um processo de acumulação seletiva do que do passado é relevante para o presente, e necessário para construir o futuro (RABINOW, 1989).

A partir dos mapeamentos sociais e diagnósticos serão realizados os Planejamentos para definição dos planos que contenham recortes territoriais (do lugar nosso), cenários de futuro desejáveis e o conjunto de ações, projetos e atividades educadoras para o alcance destes cenários.

Por fim, ocorrerão as Intervenções, ou seja, a execução dos planejamentos/projetos de futuro e momentos avaliativos.

Os conteúdos e técnicas necessárias para o desenvolvimento de capacidades do sujeitos e instituições envolvidos na implantação do programa serão construídos de acordo com a realidade de cada projeto e de cada território. No entanto, tratou-se de apresentar no Anexo 01, o conceito de cardápio de aprendizagem contendo alguns temas sugeridos durante a construção participativa deste programa, que poderão ser utilizados ou adaptados.

Cabe ainda ressaltar que, cada projeto possui seu ritual de acompanhamento e monitoramento de indicadores, mas por outro lado deve-se criar mecanismos de avaliação do seu impacto ou seja do engajamento do público e de mudanças na realidade local. Isso poderá ocorrer a partir do terceiro ano de implementação do programa com a criação de grupo técnico especializado e representantes de cada projeto.

Abaixo, serão apresentados o processo de interface e os projetos em nível

macro, seus objetivos, requisitos, premissas, restrições e os principais processos. Além disso, os projetos executivos protocolados no CIF em 26 de julho de 2019 (OFI. NII.072019.7435) complementam as informações dos projetos deste Programa.

Processo de Interface: Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, foi a expressão mais abrupta

de um modelo de desenvolvimento insuficientemente cuidadoso com os ecossistemas, com as águas, com os bens ambientais e também com as pessoas e comunidades enraizadas no território hidrográfico. Por outro lado, é notório que desde os imemoriais tempos coloniais que a bacia hidrográfica do rio Doce vem sofrendo com processos históricos de degradação que geram vulnerabilidades sociais e ambientais.

O déficit de cuidado decorre, por exemplo, da crença na produção a qualquer custo, da ganância, do consumo perdulário e do mito da inesgotabilidade dos recursos naturais, tornando-o um modelo insustentável tanto ambiental quanto socialmente.

O manejo inadequado do solo e das águas, o lançamento de resíduos in natura nos corpos hídricos, a expansão extensiva de monoculturas, a conurbação e o crescimento desordenado das cidades, a histórica e estrutural desigualdade social, a ocupação de áreas de risco, o desmatamento, a impermeabilização do solo, os processos erosivos, a degradação dos mananciais, compõem um cenário de vulnerabilidades anterior ao desastre de 2015.

Neste sentido, a necessidade de preservação, conservação e recuperação dos mananciais e dos ecossistemas por meio da combinação de ações corretivas e preventivas, remontam a um imperativo histórico que nos remete à importância das ações de revitalização da bacia Rio Doce.

Porém, a magnitude do desastre ocorrido com o rompimento da barragem de Fundão agudizou ainda mais a necessidade que já era presente na bacia do Rio Doce em rever a estrutura do modelo vigente de desenvolvimento e de promover medidas no sentido de sua recuperação/revitalização.

Esse é um dos principais desafios que o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce possui, o de estabelecer processos educativos que permitam aos diversos atores locais a reflexão/revisão sobre os modelos vigentes ou construção de novos. Para tanto, é necessário ofertar ações de cunho educativo e transformador que possibilitem a estes atores: (i) visualizarem a interrelação das suas práticas com os processos de degradação e revitalização do Rio Doce; (ii) compreenderem o seu papel em suas comunidades e como cidadãos influenciadores de políticas públicas; (iii) se empoderarem para promover as mudanças que estão ao seu alcance.

Neste contexto, busca-se colocar a educação e a participação social como primordial na reparação/revitalização do território do Rio Doce, definindo como um processo deste programa as **Interfaces: Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis**, que visa apoiar a qualificação dos diversos processos de revitalização, sua integração e sustentabilidade por meio da participação e desenvolvimento de capacidades dos atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova.

Desta forma, ao se propor um processo de interface entre o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce com os demais programas da Fundação Renova pretende-se atingir duas situações, a primeira é de fortalecer o planejamento territorial dos programas, por meio de processos educativos e de redesenhos destes, onde a participação comunitária qualificada se torne a principal fonte para o planejamento territorial e conseqüentemente para elaboração e execução de planos de futuro para a região atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão. E a segunda é de disseminar informações/conteúdos dos Programas por meio dos projetos do próprio PG33.

Ressalta-se ainda que as interfaces se constituem como uma construção constante do Programa e que as propostas são desenvolvidas de acordo com a realidade dos territórios atingidos e com a necessidade da implantação de processos educativos ou de disseminação de conteúdos pelos diversos programas da Fundação Renova, por isso, o quadro abaixo demonstra somente as interfaces já identificadas e/ou em construção até o momento desta revisão.

PROGRAMA(S)	DESCRIÇÃO DA INTERFACE	AÇÕES DE ENCAMINHAMENTO
Recuperação Nascentes/APPs	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento conceitual entre as equipes; - Construção da proposta básica de mobilização, engajamento e formação do público alvo (produtores rurais, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, etc) para recuperação de nascentes e APPs (Proposta Integrada de Recuperação de Nascentes e APPs); - Reuniões com stakeholders (Comitê de Bacia do Rio Doce, prefeituras municipais, e Câmaras Técnicas e CIF) para contribuições e validação da proposta básica de mobilização, engajamento e formação do público alvo para recuperação de nascentes e APPs; - Formação da equipe técnica da Fundação Renova para implementação da proposta validada (foco em metodologias participativas – Diagnóstico Rural Participativo, protocolos de consentimento, alinhamentos teóricos e práticos);e - Implementação da proposta básica de mobilização, engajamento e formação dos produtores rurais para recuperação de nascentes e APPs. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proposta integrada aprovada pelos stakeholders e em execução nas Bacias do Suaçuí, Piranga e Pontões e Lagoas do Rio Doce, além dos Assentamentos da Reforma Agrária nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. - Proposta de mobilização, formação e egajamento do público alvo incorporada na defição dos Programas de Recuperação de Nascentes e APPs
Retomada Atividades Agropecuárias; Recuperação de Nascentes; Recuperação de APPs e Desenvolvimento e Diversificação Economica	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento conceitual entre as equipes da Fundação Renova e Movimento dos Sem Terra; - Construção da proposta de interface entre os programas para o desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária na Bacia do Rio Doce envolvendo três eixos: Educação, Produtivo e Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação e validação do Projeto Integrado De Desenvolvimento De Assentamentos Da Reforma Agrária Na Bacia Do Rio Doce pelo Sistema CIF – Deliberação 343/2019. - Formalização dos contratos para execução da formação em agroecologia nos assentamentos de Minas Gerais e Espírito Santo
Estímulo à contratação local	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de mão de obra local para realizar ações do programa. 	Atendimento às premissas de contratação local.
Recuperação do reservatório da UHE Risoleta Neves	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio no cumprimento do TAC Semad do município de Rio Doce para cumprimento das solicitações relacionadas a capacitação dos servidores. 	Elaborado e entregue em outubro de 2019 os produtos: 1-Proposta de formação e precificação para os servidores da educação do município; e 2- Diagnóstico educacional do Município de Rio Doce.
Monitoramento da Bacia do Rio Dcoe	<ul style="list-style-type: none"> - Parceria na implementação do projeto Doce Vivo - Apoio na implementação do projeto Expedição Rio Doce 	<p>Para o projeto Peixe Vivo, foi acordado que será incluído o tema durante o processo formativo dos jovens e dos educadores. Dessa forma, haverá um momento durante a formação para realização do workshop.</p> <p>Para o projeto Expedição Rio Doce haverá parceria na mobilização e</p>

		engajamento dos jovens e educadores para participação nas atividades propostas.
Reassentamento	- Apoio na implementação de ações a retomada dos modos de vida.	Definição de estratégias específicas durante o processo de mobilização para garantir a participação dos jovens e educadores nos processos formativos oferecidos pelo PG33
Emergências ambientais	- Disseminação de conteúdos sobre as emergências ambientais, conforme previsto na Cláusula 172 do TTAC.	Realizar reuniões coletas de informações e para definir interfaces.
Memória Histórica, Cultural e Artística	- Parceria nas ações de revitalização de patrimônio cultural.	Realizar reuniões para definir interfaces.
Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	- Parceria na identificação/formação e fortalecimento de instituições locais.	Realizar reuniões para definir interfaces.
Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos	- Apoio na qualificação/capacitação dos atores locais para compreensão e adesão ao sistema de saneamento básico.	Realizar reuniões para definir interfaces.

Quadro 2: Interfaces com outros programas

Conforme acordado com a Câmara Técnica de Educação, Cultura, Turismo e Lazer as interfaces que dependem de redesenhos entre os programas para planejamento de territórios sustentáveis serão construídas pelas equipes técnicas da Fundação Renova e apresentadas às Câmaras Técnicas responsáveis pelos programas em questão que deverão fazer uma análise da proposição e submeter seu parecer ao sistema CIF para deliberação⁷. Para as interfaces de informações/contéudos haverá necessidade apenas de report ao sistema CIF, por meio dos relatórios mensais.

A figura abaixo representa as principais etapas do processo de planejamento para definição de interfaces

⁷ É importante esclarecer que até o momento de revisão deste programa foi estabelecida articulação com a área de Uso Sustentável da Terra e com a Economia e Inovação, que é composta pelos seguintes programas: Recuperação de nascentes, Recuperação de Áreas de Preservação Permanentes, Retomada das Atividades Agropecuárias e Programa de Cadastro Ambiental Rural (CAR); e Regularização Ambiental (PRA) e Desenvolvimento e Diversificação Econômica. Por isso o cronograma apresentado e a especificação de algumas etapas podem ser modificados, conforme realidade de outras interfaces. Caso ocorra, isso será informado nas propostas de redesenho de projetos e processos e submetidos às Câmaras Técnicas responsáveis

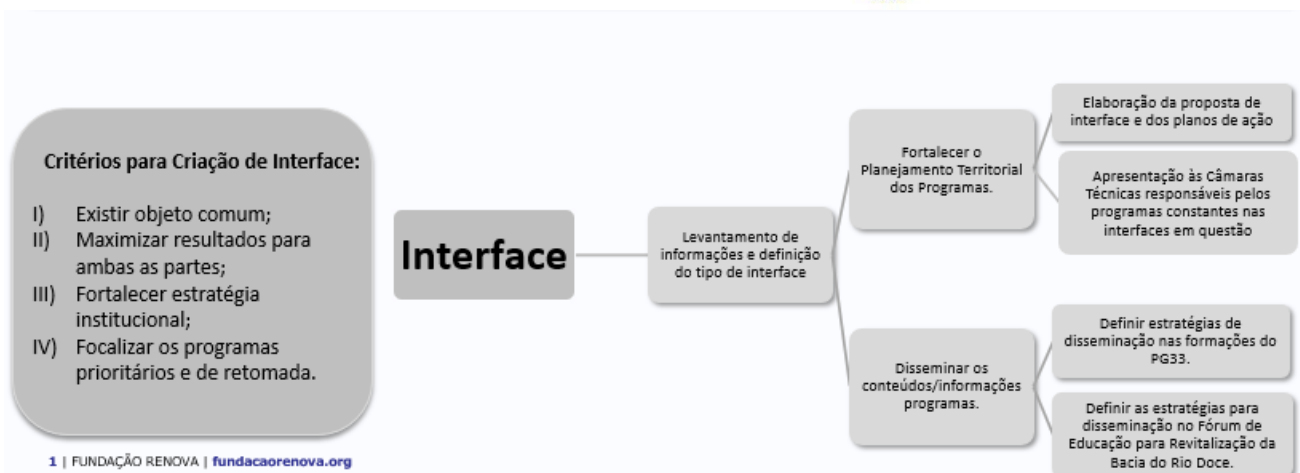


Figura 7: Principais etapas do Processo Interfaces de Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis.

Logo abaixo é possível verificar os principais objetivos, requisitos, premissas, restrições, escopo e cronograma deste processo.

Quadro Resumo: Processo de Interfaces: Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis

Objetivos
<p>Apoiar a qualificação dos diversos processos de revitalização, sua integração e sustentabilidade por meio da participação e desenvolvimento de capacidades dos atores locais envolvidos nas ações da Fundação Renova.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Provocar a reflexão da realidade dos atores/comunidades a partir da aplicação de ferramentas de diagnóstico participativo, para que compreendam a relação entre elementos e fatores que interferem em suas vidas; 2. Assessorar a criação de um plano de ação que contenha as questões sensíveis identificadas e que possam ser solucionadas/potencializadas a partir da ação individual e/ou coletiva dos membros das comunidades; 3. Incentivar os diversos atores do território a se perceberem enquanto agentes de transformação, incluindo os membros das comunidades, incentivando-os à participação e engajamento nas ações de desenvolvimento territorial; e 4. Disseminar informações e conteúdos relevantes para o processo de recuperação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.
Requisitos, Premissas e Restrições
<ul style="list-style-type: none"> • Requisitos: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Educação Ambiental. • Premissas: Participação ativa do público-alvo em todas as fases dos projetos e aprovação das propostas/ações de interface e pelas Câmaras Técnicas responsáveis. • Restrições: A área de abrangência do programa se restringe aos municípios da Área Ambiental I, no entanto essa delimitação não é a mesma para todos os programas da Fundação Renova que poderão fazer interface com o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.
Escopo
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficinas e reuniões internas de planejamento integrado dos programas com o programa de educação (redesenho/reorganização dos projetos e processos, definição das áreas de

atuação);

- Elaboração da proposta de interface e dos planos de trabalho;
- Apresentação às Câmaras Técnicas responsáveis para emissão de Nota Técnica e submissão ao sistema CIF para deliberação;
- Implantação dos planos de trabalho; e
- Monitoramento e avaliação.

Por fim, esclarecemos que o cronograma de implantação das interfaces, assim como a criação de indicadores se dará de acordo com a proposta construída com cada programa da Fundação Renova, sendo o mesmo apresentado junto com o detalhamento das ações, ao Sistema de Governança no momento de conclusão da elaboração da proposta de interface.

Projeto de Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para da Bacia do Rio Doce

Para se criar um ambiente institucional e social propício ao desenvolvimento de ações para revitalização, é necessário apoiar, preparar, formar e instrumentalizar pessoas, instituições e comunidades para que estas ações adquiram efetividade. Desta forma, além da adesão da base da sociedade às ações de revitalização se torna primordial à estruturação de uma rede de atores imbuídos do compromisso de avaliar, planejar, monitorar, ensinar, aprender e agir para a revitalização.

Sendo assim, este projeto visa **promover o fortalecimento institucional e o aprendizado social por meio da consolidação de redes estruturadas e políticas públicas para revitalização da Bacia do Rio Doce.**

Para o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, na base do funcionamento de comunidades de práticas estão as redes de troca e produção de conhecimento contínuos. Por isso, definir estratégias acertadas de fortalecimento dessas redes, tornando-as cada vez mais resilientes ao longo do tempo é o principal desafio deste projeto.

Algumas questões se apresentam como mobilizadoras e orientadoras no percurso da construção deste Projeto: **Como potencializar os saberes locais e as tecnologias sociais que promovam a Revitalização da Bacia do Rio Doce? Como convergir esses conhecimentos, em rede, com políticas públicas que favoreçam a sustentabilidade, no tempo, do processo socioeducativo de revitalização?**

As redes estruturadas favorecem o fortalecimento de organizações uma vez que conectam as ações territoriais locais a processos que ocorrem no nível supralocal. Esse elo que se estabelece entre as organizações de diferentes esferas dá visibilidade e fortalece as ações desenvolvidas nos territórios. Por essa razão, Ummus (2017) entende as redes como catalizadoras dos processos de educação territoriais.

A Bacia do Rio Doce é contemplada com iniciativas de educação socioambiental envolvendo diversas entidades e com ações diferenciadas, mas que possuem o mesmo propósito, o de revitalização do Rio Doce. Essas iniciativas envolvem

tanto as comunidades quanto os seus recursos materiais e imateriais em territórios ao longo de toda a bacia. As redes representam o componente necessário para o fortalecimento de tais ações e para que as mesmas tenham continuidade.

O processo de fortalecimento de redes de educação e práticas de revitalização do rio Doce pode "ser concebido como o cultivo de formas relativamente estáveis de articulação e de avanço das relações, onde recursos e potenciais dispersos são mobilizados de modo a orquestrar a ação coletiva em direção ao objetivo comum". (UMMUS, 2017).

Algumas dessas redes já existem mas precisam ser incrementadas e conectadas aos territórios de atuação do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce. Esse elo será formado a partir da organização de coletivos educadores e de práticas que buscam reunir representantes territoriais responsáveis pelas iniciativas mapeadas, a fim de favorecer o contato entre instituições e a troca de saberes. Busca-se como resultado desse processo aumentar a amplitude territorial das ações das instituições, ampliar os resultados das práticas existentes e fazer o mapeamento contínuo das ações além de favorecer a articulação de práticas e processos. Também se espera que uma vez atuantes e conectadas, as redes favoreçam a articulação das ações territoriais com aquelas empreendidas pela Fundação Renova, dando legitimidade aos processos.

O padrão de rede que se busca atingir com este projeto é o de descentralização, ou seja, a criação de nodos (coletivos educadores⁸) distribuídos ao longo da Bacia, sem que exerçam centralidade nos processos, mas ao contrário, que permitam a sua descentralização, aumentando o potencial de aprendizagem e a densidade das redes.

A rede atuará na mobilização social dos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, para que façam parte deste coletivo e

⁸ Coletivos Educadores são conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território. Seu papel é promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual e dá condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação com a população da área da Revitalização do Vale do Rio Doce. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/363-forma%C3%A7%C3%A3o-de-educadores-coletivos-educadores>.

principalmente na elaboração e implementação de um Projeto Político Pedagógico Territorial⁹ (PPPT) para revitalização.

Sendo assim, como passo inicial, é preciso realizar um mapeamento e mobilização inicial de organizações preferencialmente locais, que mobilizarão pessoas, que mobilizarão coletivos que constituirão seus Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPT's) para revitalização.

A concepção do Projeto Político Pedagógico Territorial (PPPT) está intimamente ligada ao conceito de Projeto Político Pedagógico (PPP), que segundo Veiga é político, pois se "constitui como um compromisso definido coletivamente de direção para o futuro" (VEIGA, 1995, p.13), ou seja, de uma sociedade que se deseja. Enquanto que o pedagógico, diz respeito à definição de concepções, estratégias, metodologias e práticas educativas capazes de fazer avançar esse projeto de futuro (BRASIL, 2015).

A proposição do Projeto Político Pedagógico Territorial se constituiu, então, como uma possibilidade de implantar, nos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, ações educacionais de revitalização ambiental, cultural, econômico e social e que aliem, acima de tudo, **teoria e prática**.

Pretende-se então, "promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e de potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais" (BRASIL, 2005). Além disso, considera-se importante trazer para essa construção referências como a Agenda 2030, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹⁰.

Desta forma, o projeto prevê três etapas principais: Constituição/Fortalecimento da rede; elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPTs) e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPTs), conforme demonstra figura abaixo:

⁹ Optou-se por denominar PPPT ao invés de PPP para dar mais ênfase a um projeto para e com o território

¹⁰ Para saber mais acesse: <http://www.agenda2030.com.br>

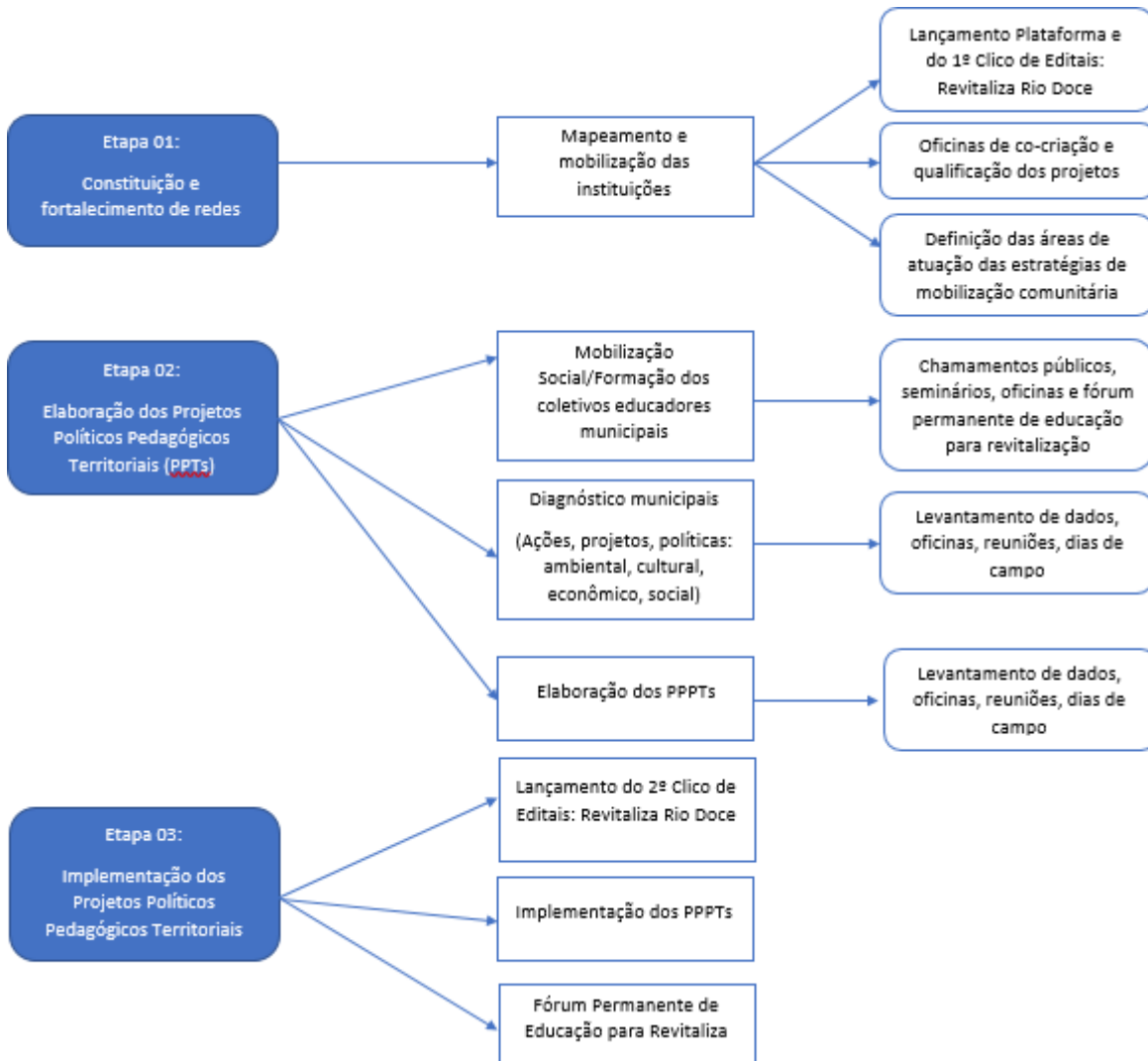
Projeto 1: FORTALECIMENTO DE REDES E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REVITALIZAÇÃO


Figura 8: Esquema organizacional do Projeto Fortalecimento de Redes de Educação e Práticas.

A partir das experiências vivenciadas pelo PG33 e também por outros programas da Fundação Renova é possível indentificar algumas estratégias para implantar esse projeto, uma delas é a contratação de uma assessoria de referência em fortalecimento institucional e de rede, que será responsável pela constituição/fortalecimento da rede, capacitação e assessoramento às instituições locais para implantação das etapas subsequentes. Há também a possibilidade da criação de um Fundo Patrimonial que fomentará os Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais e que dará maior sustentabilidade às ações e práticas existentes e emergentes nos territórios atingidos pelo rompimento da

barragem de Fundão.

A plataforma virtual dará início à primeira etapa deste projeto, e além de ser um ambiente para o cadastramento e mapeamento das instituições, deverá servir para interação, capacitação e diagnóstico destas instituições (práticas desenvolvidas, atores sociais envolvidos, área de abrangência, etc).

O mapeamento ocorrerá via cadastramento na plataforma virtual, a partir do lançamento do primeiro Edital: Revitaliza Rio Doce, que visa reunir instituições, preferencialmente locais, com experiência em processos de mobilização social, educação socioambiental, educação popular, formação de redes, dentre outras e que tenham interesse em formar parcerias com o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

As instituições selecionadas serão convidadas a participarem de uma oficina/capacitação de imersão ou de outros processos de ensino/aprendizagem¹¹, a carga horária será estabelecida visando cumprir alguns conteúdos mínimos como:

1. Fortalecimento institucional;
2. Planejamento estratégico;
3. Gestão e operação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs);
4. Introdução à elaboração de projetos;
5. Introdução à captação de recursos
6. Legislação do Terceiro Setor e Certificações
7. Comunicação e Transparência
8. Elaboração e Gestão de Projetos
9. Leis de Incentivo Fiscal
10. Captação de Recursos
11. Geração de Receitas Próprias
12. Capacitação em educação socioambiental (Contexto da criação dos marcos regulatórios da Política Nacional de Educação Ambiental; Decreto Regulamentador; Programa Nacional de Educação Ambiental, dentre outras legislações e regulamentações da Educação Socioambiental);
13. Capacitação em comunicação e mobilização social;
14. Capacitação em educomunicação;

¹¹ Em função do COVID-19 há possibilidades das capacitações das instituições locais ocorrerem em formato virtual.

15. Capacitação em criação de coletivos de educadores para criação de Territórios Sustentáveis, utilizando a Pesquisa – Ação – Participante (PAP);
16. Formação em estratégias de criação de redes e atuação colaborativas em Organizações da Sociedade Civil do 3º Setor.
17. Indicadores da Política Nacional de Educação Ambiental de acordo com a Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA);
18. O Território da Bacia do Rio Doce – conflitos e possibilidades.

Pode-se dizer então, que a formação das instituições está estruturada de forma a fortalecê-las do ponto de vista institucional/estratégico e temático, possibilitando a co-criação de projetos territoriais comprometidos com a revitalização, etapa subsequente à capacitação/fortalecimento das instituições.

Na segunda etapa as instituições selecionadas no primeiro ciclo de editais iniciarão a mobilização dos municípios impactados, a partir das estratégias e da área de atuação definidos na oficina de imersão.

Nesta etapa as instituições deverão mobilizar pessoas a fim de constituir os **Coletivos Educadores** com representatividade de diversos setores do município (sociedade civil, governo, empresas, escolas, dentre outros) para elaboração do Projeto Político Pedagógico Territorial (PPPT).

Além do chamamento, via mídias digitais e impressas, visitas às prefeituras, escolas e outras instituições, deverão ser realizados eventos informativos e formativos sobre a revitalização, por exemplo, seminários, cursos, rodas de conversa. Igualmente importante será a criação de um Fórum de Educação para Revitalização, cujo objetivo é trazer para as pautas municipais o debate, o monitoramento e avaliação das ações e/ou políticas para revitalização.

Esses eventos contribuirão para sensibilização da comunidade e também para fundamentar o debate relativo às questões de revitalização (ambiental, cultural, econômica e social).

A fase de diagnóstico permitirá ao grupo o levantamento e conhecimento da realidade local. Este levantamento é feito com a participação ativa da sociedade e poderá ser realizado com base nos métodos de diagnósticos participativos. Além disso, é a partir dele que se identifica o que se pretende mudar e quais são as prioridades e responsabilidade (matriz de prioridade/responsabilidade),

fundamentais para elaboração do Projeto Político Pedagógico Territorial.

A elaboração dos PPPTs é considerada como um resultado de todo o processo de mobilização do coletivo educador e por isso, deverá retratar qual o projeto de futuro aquele grupo definiu para seu município.

A terceira e última etapa deste projeto se caracteriza pela implementação das ações previstas nos PPPTs, para isso será lançado o segundo Edital: Revitaliza Rio Doce, que possui objetivo de fomentar projetos de revitalização. As linhas financiáveis serão definidas levando em consideração os diagnósticos e os projetos de cada município, lembrando que a educação será a base para os projetos.

Ao final de cada ano serão realizados os Fóruns de Educação para Revitalização, que poderão ocorrer em nível local ou regional. Estes fóruns como já relatado anteriormente serão espaços de trocas de experiências, monitoramento e avaliação dos processos de revitalização.

É importante destacar que, devido a seu caráter de mobilização social constate, este projeto utilizará estratégias e ferramentas de comunicação e educação, como a educomunicação, produção de audiovisual, implantação de sites, fanzine, jornais murais, rádios comunitários para animar os coletivos, compartilhar, arquivar, e/ou trocar as experiências e tecnologias implantadas.

Logo abaixo é possível verificar os principais objetivos, requisitos, premissas, restrições, escopo e cronograma deste projeto.

Quadro Resumo: Projeto Fortalecimento de Redes e Políticas Públicas para Revitalização de Educação e Práticas

Objetivos

Promover o fortalecimento institucional e o aprendizado social por meio da consolidação de redes estruturadas e políticas públicas para revitalização da Bacia do Rio Doce.

Objetivos específicos:

1. Contribuir para o estabelecimento de uma rede de atores sociais e instituições articulados e pactuados para desenvolver e monitorar os processos de revitalização;
2. Fomentar práticas de educação e revitalização da bacia do Rio Doce
3. Fomentar a formação de coletivos educadores para territórios sustentáveis que desenvolvam Projetos Político Pedagógicos por Território (PPPTs) e agenda de formação continuada das capacidades para revitalização; e
4. Incentivar a criação de um Fórum de Educação para Revitalização da bacia do Rio Doce para debater esta temática e monitorar/avaliar as ações implantadas.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisitos: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Educação Ambiental;
- Premissas: Adesão das instituições governamentais e da sociedade civil organizada nas ações do projeto;
- Restrições: A área de abrangência do programa se restringe aos municípios da Área Ambiental I, entende-se porém, que a rede poderá ser constituída também com instituições que estão fora desta delimitação.

Escopo

- Lançar a plataforma virtual para cadastramento e mapeamento de instituições parceiras
- Lançar o primeiro edital: Revitaliza Rio Doce;
- Realizar oficinas/capacitações de co-criação e qualificação dos projetos;
- Mobilizar a sociedade civil – constituir os coletivos educadores
- Realizar eventos informativos e formativos de educação para revitalização;
- Realizar diagnósticos municipais de ações, projetos e políticas de revitalização;
- Elaborar os Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais;
- Lançar o segundo edital: Revitaliza Rio Doce;
- Implementar as ações dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais
- Realizar Fórum de Educação para Revitalização.

Atividade do projeto¹	Início	Término
Planejamento interno	Jun/2021	Dez/2021
Etapa 1: Constituição/fortalecimento de redes	Jan/2022	Nov/2022
Etapa 2: Elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPT's)	Dez/2022	Dez/2023
Etapa 3: Implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPT's)	Jan/2024	Jan/2025
Trocas, Monitoramento e Avaliação (Fórum Permanente de Educação para Revitalização)	Jul/2022	jan/2025

Figura 9: Cronograma de Execução Projeto Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização.

Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999), o fortalecimento dos Sistemas de Ensino e a formação de educadores ambientais, torna-se uma de suas principais diretrizes/objetivos.

Além disso, conforme Trajber (2017), em consequência das transformações locais, regionais e planetárias é necessário encarar uma concepção integral da prática educativa, incluindo a pesquisa sobre modos de vida sustentáveis. No caso específico das comunidades atingidas da Bacia do Rio Doce, as estratégias educacionais a serem criadas dependem de instâncias participativas para se adequarem à realidade das comunidades, favorecendo a qualificação dos professores e de estudantes na perspectiva de uma educação sustentabilista para a revitalização.

Este projeto visa desenvolver processos de formação continuada de educadores e gestores da rede pública dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão para a construção de projetos pedagógicos comprometidos com a revitalização das áreas atingidas.

Todas as ações previstas no escopo do projeto são norteadas pela orientação teórica- metodológica baseada nos elementos da abordagem freiriana: o diálogo como forma de comunicação e construção de conhecimento; a leitura de imagem como estratégia para deflagrar a análise crítica da realidade; a ação-reflexão-ação como princípio norteador das transformações desejadas na prática.

Desta forma, o processo formativo estará ancorado nas seguintes questões: em qual contexto o educador atua? Que perfil o educador precisa desenvolver para atender aos desafios desse contexto? Qual projeto pedagógico pode ser elaborado visando contribuir para formar esses sujeitos? Entendemos que a formação de educador exige explicitar as referências em torno do contexto de atuação, do perfil pertinente para esse contexto e do projeto pedagógico a ser elaborado para criar as condições necessárias para articular o perfil docente e desafios do contexto.

A formação a ser desenvolvida deverá ser estruturada por duas questões: Em que o rompimento da Barragem do Fundão interroga a Educação? Quais os

limites e possibilidades para organizar o fazer pedagógico na perspectiva da revitalização dos modos de produzir e reproduzir a vida após o rompimento?

O escopo desse projeto está baseado em três macro ações que estão diretamente relacionadas: 1) Articulação Institucional, 2) Capacitação de educadores e gestores escolares das redes públicas de ensino e 3) Implementação de projetos de escolas experimentais para revitalização da bacia do Rio Doce. O Fluxograma abaixo demonstra as principais atividades. Ressalta-se que o detalhamento será apresentado, via proposta/plano de trabalho, ao Sistema de Governança durante a formalização da parceria com a instituição(ões) de referência(s) responsável(is) pela execução deste projeto.

Projeto 2: FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PROJETOS DE ESCOLAS EXPERIMENTAIS PARA REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE

12

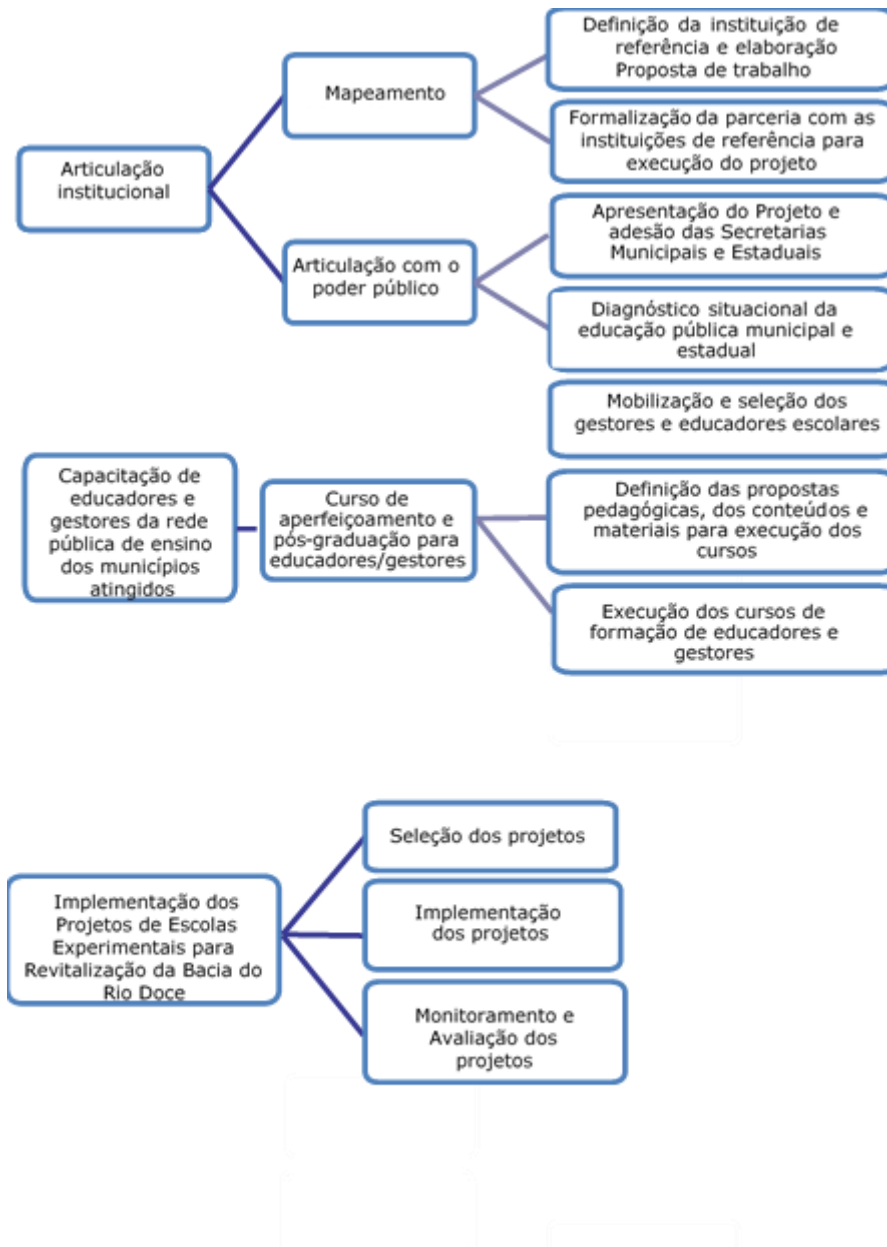


Figura 10: Principais etapas Projeto Formação de Educadores/Getores e Escolas Experimentais

¹² Considera-se como instituições de referência, as instituições de ensino públicas ou privadas com cursos de formação continuada de educadores reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Uma vez definida a instituição de referência e formalizado a parceria para execução deste projeto, inicia-se o arranjo institucional com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação dos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, através da apresentação do Projeto, e esclarecimentos e coleta de informações, definição de estratégias para implementação dos projetos em cada município. A partir da assinatura de um termo de adesão será firmada a parceria entre as partes com a descrição das responsabilidades e contrapartidas da Fundação Renova, das instituições que executarão as formações e das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

A capacitação dos educadores e gestores se dará buscando articular a formação com ações práticas que resultem em projetos visando a inclusão da temática referente à educarevitalização da Bacia do Rio Doce no contexto escolar. Para tanto, poderá ser implementado estratégias de ensino, pesquisa e/ou extensão por meio da oferta de cursos de aperfeiçoamento, especialização e projetos de extensão para cursos de mestrado e doutorado.

No Curso de Aperfeiçoamento os professores e gestores desenvolverão estudos e pesquisas visando conhecer os impactos do rompimento na vida econômica, política, social, cultural e ambiental dos seus alunos e de suas famílias. Com a sistematização e análise dessas informações será elaborado um Projeto Pedagógico Experimental na Sala de Aula (PPES) visando incluir o tema da revitalização na prática de sala de aula. No Curso de Especialização serão desenvolvidos estudos e pesquisas visando formar Especialistas capazes de apoiar as escolas na tarefa de inclusão da temática referente à revitalização da Bacia do Rio Doce no Projeto Político Pedagógico da Escola por meio da elaboração de um Projeto Pedagógico Experimental Escolar (PPEE). No Projeto de Extensão do Mestrado serão desenvolvidas pesquisas e práticas visando contribuir no trabalho de inclusão da temática referente à revitalização da Bacia do Rio Doce no projeto pedagógico do município por meio do Projeto Pedagógico Experimental no âmbito municipal (PPEM). No Projeto de Extensão do Doutorado serão desenvolvidas pesquisas e práticas visando contribuir na construção de um Projeto Pedagógico Experimental Regional (PPER) para os territórios das Superintendências Regionais de Ensino, conforme demonstra a figura abaixo.

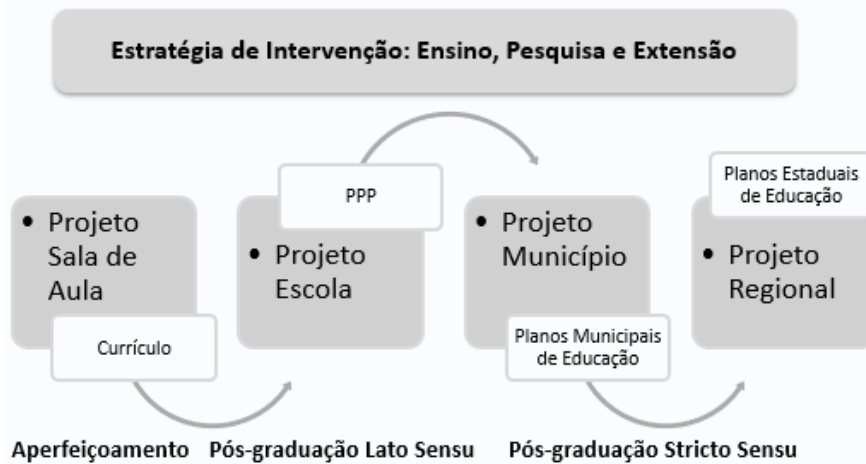


Figura 11: Estratégia para implementação do projeto

Os cursos de formação dos educadores e gestores ocorrerão de acordo com a realidade de cada município e as expertises da instituição de referência responsáveis por sua execução, podendo ser **implementado por meio de modalidades presenciais, semi-presenciais e/ou à distância.**

Visando criar materialidades para garantir um efetivo enraizamento de proposições nas redes públicas e a constituição de comunidades de práticas para revitalização dos territórios atingidos será criado um sistema de bolsas para participação dos professores e fomento para apoiar a implantação dos Projetos Pedagógicos Experimentais elaborados como resultado dos estudos e pesquisas desenvolvidos nos cursos visando incluir a temática da revitalização da Bacia do Rio nas práticas escolares.

Os projetos pedagógicos das Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce não seguem um modelo pré-definido. Serão construídas conjuntamente com os educadores e gestores ao longo dos cursos, trazendo as peculiaridades de cada município e dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, assim como as especificidades de cada comunidade escolar. Esses espaços serão promovidos a partir de, no mínimo, três dimensões inter-relacionadas: capacitação de educadores/gestores, gestão e currículo.

- **Capacitação de educadores/gestores:** Baseada na concepção libertária de educação emanada por Paulo Freire, que reconhece que cada ser humano detém o direito à participação, à definição de seu futuro e à construção da sua realidade. O desafio para esta educação passa pela emancipação de todos os sujeitos, dominados ou dominadores, explorados ou exploradores, relações em que ambos os lados têm suas subjetividades lesadas e não emancipadas ainda que se

vivencie, na realidade, uma desigualdade objetiva e material (ProFEA, 2016).

- **Gestão:** compartilhamento do planejamento e das decisões que dizem respeito ao destino e à rotina da escola, buscando aprofundar o contato entre a comunidade escolar e o seu entorno, respeitando os direitos humanos e valorizando a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero existente.
- **Currículo:** inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis/revitalização no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino e em seu cotidiano a partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global¹³.

Como estratégia de monitoramento, avaliação e troca de experiências sugere-se a realização de eventos de culminância com o envolvimento dos participantes dos cursos, onde serão expostos e discutidos os resultados alcançados.

A partir da integração dessas ações, este projeto sintetiza o propósito da formação com e pelas escolas e comunidades, visando à constituição de espaços educadores que contribuem na tomada de consciência sobre os rumos do processo de Revitalização da Bacia do Rio Doce.

¹³ file:///C:/Users/00550217/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/QNKO6RN1/Mannual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013%20(1).pdf

Quadro Resumo: Projeto Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce

<p>Objetivos</p> <p>Desenvolver processos de formação continuada de educadores e gestores da rede pública dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão para a construção de projetos pedagógicos comprometidos com a revitalização das áreas atingidas.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criar condições nos ambientes escolares para as transformações das práticas escolares e de gestão, através da qualificação de professores e gestores; 2. Capacitar educadores/gestores para refletirem de forma crítica e transformarem suas práticas na sala de aula, na escola, no município e na região no contexto da Revitalização da Bacia do Rio Doce; e 3. Estabelecer projetos de escolas experimentais, baseadas em modelos de educação para revitalização definidos pelos professores e gestores das redes públicas, que constituirão unidades de referência para a Revitalização do Rio Doce, nos municípios impactos.
<p>Requisitos, Premissas e Restrições</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requisitos: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Educação Ambiental. • Premissas: Disposição das escolas em aderir e assumir o protagonismo no projeto; • Restrições: Escolas inseridas na área de abrangência do programa .
<p>Escopo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar o Projeto para as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação; ▪ Adesão das secretarias e definição do ponto focal de cada prefeitura; ▪ Realizar o diagnóstico situacional da escola/comunidade escolar; ▪ Realizar os cursos de formação de educadores e gestores da rede pública de ensino dos municípios impactados; ▪ Implementar os projetos das Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce; ▪ Realizar Eventos de Culminância para apresentação dos conteúdos abordados, para troca de experiências, monitoramento e avaliação.

Atividade do projeto²	Início	Término
Estudo de viabilidade para concessão de curso de especialização e bolsa	Out/2018	Jul/2019
Contratação e formalização de parceria com instituições de referência¹⁴ (*)	Fev/2019	Dez/2020
Articulação Institucional	Fev/2021	Mar/2021
Curso de Aperfeiçoamento (turma I e II)	Abr/2021	Dez/2022
Implementação dos Projetos Pedagógicos Experimentais de Sala de Aula	Out/2021	Dez/2022
Curso de Especialização Lato Sensu	Jan/2022	Jul/2023
Implementação dos Projetos Pedagógicos Experimentais das Escolas	Ago/2023	Jan/2024
Projeto de Extensão – Mestrandos	Ago/2023	Dez/2024
Implementação dos Projetos Pedagógicos Experimentais dos Municípios	Fev/2025	Jul/2025
Projeto de Extensão – Doutorandos	Ago/2024	Dez/25
Implementação dos Projetos Pedagógicos Experimentais da Região	Fev/2026	Jul/2026

Figura 12: Cronograma Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização do Rio Doce.

¹⁴ Cronograma baseado na proposta de Minas Gerais

Projeto 3: Formação de Lideranças Jovens

Alinhado com os conceitos de revitalização, desenvolvimento territorial e paisagem, propõe-se atuar com foco na juventude, por ser um público que representa o elo entre o passado e futuro na perpetuação das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão a longo prazo.

Trabalhar com o protagonismo desse público a partir da sensibilização e do desenvolvimento de pensamentos críticos e reflexivos em relação as questões ambientais, pode favorecer a sua participação ativa no processo de revitalização da Bacia do Rio Doce. Esse processo pode forjar "sujeitos ecológicos", que de acordo com Carvalho (2006), são grupos que acabam influenciando outros públicos nos locais em que atuam, exercendo seus diferentes papéis sociais, como por exemplo, na família, com amigos, na escola e outros.

A proposta de sujeitos ecológicos está em consonância com a corrente crítico- reflexiva da educação ambiental, a partir da perspectiva de Paulo Freire de que a aprendizagem acontece na ação, pela ação e para ação, como unidade de ação-reflexão-ação e também, com a Política Nacional de Educação Ambiental, no seu Art. 5 - São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I- O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II- A garantia da democratização das informações ambientais;

III- O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV- O incentivo a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Dessa forma, esta proposta visa oportunizar processos de fomento ao engajamento e qualificação de jovens dos municípios impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão, para a partir do desenvolvimento de aspectos da liderança, possa ser elaborado e implantado projetos territoriais voltados ao desenvolvimento da bacia do Rio Doce.

Projeto é entendido aqui, como um meio de construção e organização de propostas/sonhos, sendo de acordo com Moura e Barbosa (2006), um empreendimento que tem em vista produzir algo novo, com a finalidade de mudança através da melhoria de processos, da solução de problema, do atendimento de necessidades, da produção de conhecimento, etc.

A revitalização é tratada a partir da prática social dos atores, que é tanto o ponto de partida quanto de chegada das ações propostas, pois o que é fundamental nessa ação não é o resultado em si, mas o processo educativo e transformador ao qual o público é submetido. Assim, os projetos serão formatados a partir da percepção/olhares dos jovens em relação ao território em que estão inseridos, o que pode ou não influenciar ou ter até mesmo relação direta com os PPPT's (Projeto Fortalecimento de Redes e Políticas Públicas para Revitalização).

O escopo do projeto está baseado em cinco eixos que estão diretamente relacionados: (1) Articulação Institucional; (2) Mapeamento/Diagnóstico/Marco Zero; (3) Mobilização e Seleção dos Jovens; (4) Formação e Integração dos Jovens; e (5) Implementação dos Projetos. Para isso, uma série de atividades e procedimentos metodológicos foram estabelecidos, conforme figura e detalhamento a seguir por eixo.

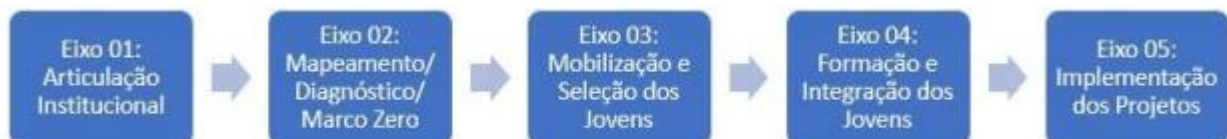


Figura 13: Principais Etapas do Projeto Formação de Lideranças Jovens

O **arranjo institucional** necessário à implementação do projeto se dará pela articulação com as secretarias municipais relacionadas a temática como a de educação e desenvolvimento social dos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, que visa:

- ✓ Apresentar o projeto;
- ✓ Esclarecer sobre as etapas de implementação; e
- ✓ Levantar informações que contribuam para definição de estratégias de mobilização do público alvo

A elaboração do **mapeamento/diagnóstico/marco zero** são peças fundamentais para a execução do Projeto de Formação de Lideranças Jovens, pois serve como base do conhecimento das áreas de abrangência para uma execução competente e mais efetiva, além de possibilitar um monitoramento e avaliação de qualidade.

Esse processo constitui-se no ponto de partida para o conhecimento das ações de protagonismo juvenil em curso nos municípios atingidos e pretende, não apenas revelar como essas ações são praticadas nestas áreas, mas também apontar as dificuldades, fragilidades e potencialidades vivenciadas na implementação delas e se existe alguma relação com o rompimento da barragem de Fundão.

Além disso, representa um instrumento que contribuirá para a construção do banco de dados que contemple informações e experiências dos diversos atores que lidam com esta temática e contribuirá para o direcionamento, qualificação e eficiência das estratégias, objetivos, ações e atividades do projeto.

A **mobilização dos jovens**, é entendida como um processo de “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO, 2007, p.05).

Para isso, serão utilizadas três estratégias: (1) mídias eletrônicas e impressas, pílulas de WhatsApp com convites para participação; (2) encontros locais; e (3) materiais impressos durante as visitas em campo para divulgação (faixas, cartazes e folhetos), rádios e carros de som.

Deve-se priorizar a representatividade dos diversos grupos de jovens identificados no Eixo 02 durante a mobilização.

Para o eixo 4, **de formação e integração dos jovens**, propõe-se um processo de engajamento baseado na formação das juventudes com fundamentos pautados no desenvolvimento de aspectos de liderança e vontades comuns para intervenção socioambiental.

Há que se valorizar portanto, uma formação investigativa da realidade, que permita aos jovens, trocar e produzir conhecimentos de forma coletiva sobre as áreas que foram atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão; sobre os modelos de desenvolvimento, sobre os desafios e potencialidades destes locais. Estes aspectos da formação poderão ser potencializados pela abordagem metodológica da pesquisa ação

ou pesquisa-participante, além das diretrizes metodológicas já mencionadas neste documento.

Dentro da perspectiva pedagógica da pesquisa-participante, que parte da situação vivida pelos jovens como um problema que os desafia, evidencia que a construção do conteúdo não deverá ser definida previamente, por isso, se propõe alguns conteúdos que foram levantados durante as oficinas realizadas para a elaboração do escopo do programa (Cardápio de Aprendizagem), que deverão ser analisados e escolhidos, de acordo com as demandas e perfil dos jovens que passarão pelo processo formativo.

Ao final do processo formativo os jovens terão condições para elaborarem projeto de intervenções territoriais que poderão ser submetidos à editais que fomentarão sua implantação (Eixo 5).

Esta prevista a realização de três ciclos do Projeto Formação de Lideranças Jovens sendo que a partir do ciclo 2 a ênfase será nos eixos 3, 4 e 5. Cada ciclo tem previsão de duração de 2 anos, totalizando 6 anos de implementação (ver cronograma abaixo).

Para realização de cada ciclo, será contratada consultoria/instituição especializada que irá implementar toda proposta.

Logo abaixo é possível verificar os principais objetivos, requisitos, premissas, restrições, escopo e cronograma deste projeto

Quadro Resumo: Projeto Formação de Lideranças Jovens

Objetivos

Engajar jovens em projetos territoriais voltados a revitalização ambiental, social, econômica e cultural da Bacia do Rio Doce.

Objetivos específicos:

1. Mobilizar e engajar jovens na revitalização do Rio Doce;
2. Elaborar projetos a partir da escuta dos jovens que retratem a necessidade e realidade do território em que vivem, a partir de suas percepções;
3. Proporcionar e aumentar a participação dos jovens nos processos territoriais em curso (conduzidos ou não pela Fundação Renova);
4. Contribuir para o fortalecimento de uma rede de atores e ações que trabalham com o protagonismo juvenil; e
5. Fomentar práticas de educação em rede para a revitalização da bacia do Rio Doce.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisitos: Os projetos apoiados devem estar conectados ou prever conexão com o desenvolvimento territorial da bacia do Rio Doce;
- Premissas: Adesão de projetos e iniciativas territoriais de protagonismo juvenil;
- Restrições: Jovens residentes da área de abrangência do programa.

Escopo

- Fazer mapeamento e mobilização de atores locais (parcerias, instituições e jovens) que atuem com a temática proposta ou que tenham ações com juventude.
- Realizar processo de qualificação e apoio aos atores locais para elaboração e implantação dos projetos;
- Elaborar o edital de seleção de projetos;
- Lançar o edital para implantação de projetos;
- Acompanhar e monitorar a implementação dos projetos;
- Avaliar as ações dos projetos a partir dos resultados do monitoramento;
- Realizar encontros de troca de experiências sobre os projetos realizados; e
- Avaliar as necessidades de readequação no edital para o próximo ciclo.

Atividade do projeto	Início	Término
Ciclo 01	Nov/2018	Fev/2022
Planejamento e Contratações	Nov/2018	Mai/2020
Etapa 1: Articulação Institucional	Fev/2020	Jul/2020
Etapa 2: Mapeamento/Diagnóstico/Marco Zero	Mai/2020	Nov/2020
Etapa 3: Mobilização e Seleção dos Jovens	Out/2020	Dez/2020
Etapa 4: Formação e Integração dos Jovens	Dez/2020	Jul/2021
Etapa 5: Seleção e Implementação dos Projetos	Jul/2021	Mar/2022
Encerramento Ciclo 01	Marc/2022	Abr/2022
Ciclo 02	Set/2021	Mai/2024
Planejamento e Contratações	Set/2021	Mar/2022
Etapa 1: Articulação Institucional	Abr/2022	Jul/2022
Etapa 2: Mobilização e Seleção dos Jovens	Ago/2022	Nov/2022
Etapa 3: Formação e Integração dos Jovens	Dez/2022	Jul/2023
Etapa 4: Seleção e Implementação dos Projetos	Ago/2023	Abr/2024
Encerramento Ciclo 02	Abr/2024	Mai/2024
Ciclo 03	Out/2023	Ago/2026
Planejamento e Contratações	Out/2023	Mar/2024
Etapa 1: Articulação Institucional	Abr/2024	Jul/2024

Etapa 2: Mapeamento/Diagnóstico/Marco Zero	Mai/2024	Nov/2024
Etapa 3: Mobilização e Seleção dos Jovens	Dez/2024	Mar/2025
Etapa 4: Formação e Integração dos Jovens	Abr/2025	Out/2025
Etapa 5: Seleção e Implementação dos Projetos	Nov/2025	Jul/2026
Encerramento Ciclo 03	Jul/2026	Ago/2026

Figura 14: Cronograma projeto 3: Formação de lideranças jovens.

5. Planejamento consolidado do programa

Custo do programa (R\$ milhão)

Para atender todos os projetos e processo previstos no Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, de caráter compensatório, o custo estimado é de R\$141.500.000,00 (cento e quarenta e um milhões e quinhentos mil reais).

Projetos/ Processos	TOTAL (R\$ MM)
Ações Emergenciais/ Definição do Programa	1,00
Projeto Formação de Lideranças Jovens	36,8
Processo de Interface: Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis	13,8
Projeto Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização do Rio Doce	50,2
Projeto Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce	37,4
Processo de Monitoramento e Avaliação técnica e social do programa	2,3
Total	141,5

Tabela 4: Custo do Programa (R\$MM)

Principais premissas e parâmetros utilizados

- Na previsão de R\$141,5MM, estão somados os custos das atividades classificadas como emergenciais e de construção participativa do programa realizadas em 2016 e 2018 quando o programa ainda não se encontrava estruturado.
- É extremamente importante ressaltar que este é um programa estruturante, com objetivos e metas bem definidos como apresentado. Cada projeto que o compõe foi pensado para dar conta de necessidades locais e obrigações da instituição. Portanto, o que está aqui apresentado não consiste em um cardápio, mas sim no que é necessário para atingir os objetivos e alcançar os indicadores propostos.
- **Plataforma Virtual:** Referência de valores praticados pela A2C para Fundação

Renova.

- **Assistência Técnica (Mentoria/Assessoramento) às instituições:** Baseado no termo de referência de assistência técnica às instituições do programa de economia e inovação.
- **Capacitações:** Baseado em projetos semelhantes de outras fundações, como a Fundação Vale.
- **Elaboração/implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais:** O valor por município foi definido a partir de uma média implantada pelo Ministério do Meio Ambiente (Elaboração de PPPTs em Unidades de Conservação) e para implementação a base utilizada foi dos Planos Participativos Municipais, editais do Programa de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer. A adesão aos PPPTs é voluntária por município ou região.
- **Elaboração/implementação dos Projetos propostos pelos jovens:** Os valores foram baseados nas proposta financeiras apresentadas e selecionadas pelo Edital de Chamamento Público Fundação renova - Formação de lideranças jovens - Ciclo 01.
- **Cursos de Formação de Educadores e Gestores e Projetos de Escolas Experimentais para Revitalização:** Baseado na proposta de formação de educadores e gestores apresentada pelas Universidades Federais de Minas Gerais e Ouro Preto.
- **Mobilização, formação e engajamento de atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova:** Até o momento da elaboração deste programa a interface mais madura foi com os programas de recuperação de nascentes e APPs, por isso os valores apresentados foram direcionados a esses dois programas. Para definir os valores de mão de obra utilizou-se a tabela SINE, os equipamentos foram orçados a partir dos custos de mercado e as diárias, materiais de consumo e eventos, foram utilizados os custos praticados na Fundação Renova.
- **Encontros de Trocas de Experiências/Fórum de Educação para Revitalização/Monitoramento/Avaliação:** Referência do Encontro de Prosas e Saberes do programa de Educação para Revitalização

Cronograma do programa

Projetos / Processos	Início	Término
Ações Emergenciais/ Definição do Programa	Ago/2016	Out/2018
Projeto Formação de Lideranças Jovens	Nov/2018	Ago/2026
Processo de Interface: Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis	Jun/2017	Dez/2023
Projeto Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização do Rio Doce	Out/2018	Jul/2026
Projeto Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce	Jun/2021	Jan/2025
Processo de Monitoramento e Avaliação técnica e social do programa	Jul/2022	Ago/2026

Tabela 5: Cronograma Macro do Programa.

/

Papeis e Responsabilidades

Processos/ Projetos	Descrição dos Papéis e Responsabilidades	Área ou Órgão Responsável Definição	Área ou Órgão Responsável Execução	Área ou Órgão Responsável Validação
Processo: Interfaces Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis	Planejamento integrado – redesenho de projetos e processos	Fundação (programas de interface), PERBRD ¹⁸	Fundação (programas de interface), PERBRD	Câmaras Técnicas/CIF
	Mobilização público alvo	Fundação (programas de interface), PERBRD	Contratadas	Fundação (programas de interface), PERBRD
	Eventos de engajamento de atores locais: Cartografia Social (análise da paisagem), diagnósticos participativos, construção de planos de futuro	Fundação (programas de interface), PERBRD	Contratadas	Fundação (programas de interface), PERBRD
	Capacitação de atores locais	Fundação (programas de interface), PERBRD	Contratadas	Fundação (programas de interface), PERBRD
Projeto: Fortalecimento de Redes e Políticas Públicas	Capacitação/Assistência Técnica às instituições mapeadas	Fundação, PERBRD	Contratadas	Fundação, PERBRD
	Mobilização do atores locais e Elaboração dos PPPTs	Fundação, PERBRD	Rede de instituições	Fundação, PERBRD
	Implementação dos PPPTs	Fundação, PERBRD	Rede de instituições	Fundação, PERBRD
Projeto: Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce	Articulação institucional	Fundação, PERBRD	Contratadas	Fundação, PERBRD
	Cursos de Formação de Facilitadores online e presencial	Fundação, PERBRD	Contratadas	Fundação, PERBRD
	Implementação dos projetos de escolas experimentais para revitalização da Bacia do Rio Doce	Fundação, PERBRD	Contratadas e comunidade escolar	Fundação, PERBRD
	Curso de pós-graduação em Educação Ambiental à luz da Revitalização da Bacia do Rio Doce	Fundação, PERBRD	Contratada	Fundação, PERBRD
Projeto: Formação de Lideranças Jovens	Mapeamento e mobilização dos jovens	Fundação, PERBRD	Contratadas e jovens das comunidades	Fundação, PERBRD
	Integração e qualificação dos jovens	Fundação, PERBRD	Contratadas e jovens das comunidades	Fundação, PERBRD
	Implementação e avaliação dos projetos	Fundação, PERBRD	Contratadas e jovens das comunidades	Fundação, PERBRD

Tabela 6: Papéis e responsabilidades do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

¹⁸ Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

6. Plano de resultados

Indicadores do Programa

A natureza do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce é de mobilizar a sociedade para construir cenários possíveis para que esse desafio seja alcançado. Sendo assim, algumas metas e resultados serão construídos no decorrer da execução do próprio programa. Contudo, buscou-se apresentar, neste momento de concepção e escopo, metas e indicadores de processos e finalísticos medidos em números absolutos.

As fichas de indicadores apresentadas abaixo descrevem a proposta dos indicadores do programa.

Projeto	Indicador	Unidade	Meta(*)
Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização	I01- Número de vagas disponibilizadas para o Curso de Aperfeiçoamento	Nº	9.000
	I02 - Número de bolsas de estudo disponibilizadas para o Curso de Aperfeiçoamento	Nº	9.000
	I03 - Número de Projetos Pedagógicos Experimentais de Sala de Aula fomentados no Curso de Aperfeiçoamento	Nº	1.105
	I04 - Número de vagas disponibilizadas para o Curso de Especialização - Lato Sensu	Nº	78
	I05 - Número de bolsas de estudo disponibilizadas para o Curso de Especialização - Lato Sensu	Nº	78
	I06 - Número de Projetos Pedagógicos Experimentais de Escolas fomentados no Curso de Especialização - Lato Sensu	Nº	1.105
	I07 - Número de vagas disponibilizadas para Projetos de Extensão - Mestrados	Nº	39
	I08 - Número de bolsas de estudo disponibilizadas para Projetos de Extensão - Mestrados	Nº	39
	I09 - Número de Projetos Pedagógicos Experimentais dos Municípios fomentados nos Projetos de Extensão para Mestrados	Nº	39
	I10 - Número de vagas disponibilizadas para Projetos de Extensão - Doutorandos	Nº	20

	I11 - Número de bolsas de estudo disponibilizadas para Projetos de Extensão – Doutorandos	Nº	20
	I12 – Número de Projetos Pedagógicos Experimentais da Região fomentados nos Projetos de Extensão para Doutorandos	Nº	20
Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce	I13 – Número de vagas disponibilizadas para capacitação e fortalecimento de instituições socioambientais locais	Nº	120
	I14 – Número de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais	Nº	120
Formação de Lideranças Jovens	I15 – Número de vagas disponibilizadas para capacitação de lideranças jovens	Nº	3.000
	I16 – Número de projetos de juventudes fomentados	Nº	120

Tabela 7: Indicadores do Programa

Fichas dos indicadores

As descrições detalhadas dos indicadores estão nas fichas a seguir.

I01 – Número de Vagas Disponibilizadas para cursos de Aperfeiçoamento			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar 9.000 vagas em Curso de Aperfeiçoamento para educadores e gestores das redes públicas dos municípios atingidos em MG e ES		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	(1ª turma) Abr/21		Out/21
	(2ª turma) Fev/22		Dez/22
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I01:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de vagas disponibilizadas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de mobilização dos cursistas e Relação de cursistas matriculados.		

I02 – Número de Bolsas de Estudos Disponibilizadas para o Curso de Aperfeiçoamento			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar 9.000 bolsas de estudos em Curso de Aperfeiçoamento para educadores e gestores das redes públicas dos municípios atingidos em MG e ES		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	(1ª turma) Abr/21		Out/21
	(2ª turma) Fev/22		Dez/22
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I02:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de bolsas disponibilizadas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relação de pagamento das bolsas para os cursistas matriculados.		

I03 – Número de Projetos Pedagógicos Experimentais de Sala de Aula Fomentados no curso de Aperfeiçoamento			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Fomentar financeiramente 1.105 Projetos Pedagógicos Experimentais de Sala de Aula no Curso de Aperfeiçoamento		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	(1ª turma) Abr/21		Out/21
	(2ª turma) Fev/22		Dez/22
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I03:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de projetos fomentados		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de monitoramento de seleção/implantação dos projetos.		

I04 – Número de Vagas Disponibilizadas para os Curso de Especialização – Lato Sensu			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar 78 vagas em Curso de Especialização (Lato Sensu) para educadores e gestores das redes públicas dos municípios atingidos em MG e ES.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	jan/22		Jul/23
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I04:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de vagas disponibilizadas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de mobilização dos cursistas e Relação de cursistas matriculados.		

I05 – Número de Bolsas de Estudos Disponibilizadas para o Curso de Especialização Lato Sensu			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar 78 bolsas de estudos em Curso de Especialização Lato Sensu para educadores e gestores das redes públicas dos municípios atingidos em MG e ES		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Jan/22		Jul/23
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I05:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de bolsas disponibilizadas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relação de pagamento das bolsas para os cursistas matriculados.		

I06 – Número de Projetos Pedagógicos Experimentais das Escolas Fomentados no curso de Especialização Lato Sensu			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Fomentar financeiramente 1.105 Projetos Pedagógicos Experimentais das Escolas no Curso de Especialização Lato Sensu		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Ago/23		Jan/24
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I06:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de projetos fomentados		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de monitoramento de seleção/implantação dos projetos.		

I07 – Número de Vagas Disponibilizadas em Projetos de Extensão para Mestrados			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar 39 vagas em Projetos de Extensão para educadores e gestores das redes públicas dos municípios atingidos em MG e ES, que estejam matriculados em Cursos de Mestrados.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Ago/23		Dez/24
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I07:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de vagas disponibilizadas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Publicação do resultado do edital de seleção dos cursistas/bolsitas.		

I08 – Número de Bolsas de Estudos Disponibilizadas em Projetos de Extensão para Mestrados			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar 39 bolsas de estudos em Projetos de Extensão para educadores e gestores das redes públicas dos municípios atingidos em MG e ES, que estejam matriculados em Cursos de Mestrados.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Ago/23		Dez/24
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I08:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de bolsas disponibilizadas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relação de pagamento das bolsas para os cursistas matriculados.		

I09 – Número de Projetos Pedagógicos Experimentais dos Municípios Fomentados pelos Projetos de Extensão para Mestrandos			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Fomentar financeiramente 39 Projetos Pedagógicos Experimentais dos Municípios		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Fev/25		Jul/25
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I09:			
$N = X$			
Numerador			
Definição		N - Resultado esperado X - Quantidade de projetos fomentados	
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro		Relatório de monitoramento de seleção/implantação dos projetos.	

I10 – Número de Vagas Disponibilizadas em Projetos de Extensão para Doutorandos			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar 20 vagas em Projetos de Extensão para educadores e gestores das redes públicas dos municípios atingidos em MG e ES, que estejam matriculados em Cursos de Doutorados.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Ago/24		Dez/25
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I10:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de vagas disponibilizadas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Publicação do resultado do edital de seleção dos cursistas/bolsitas.		

I11 – Número de Bolsas de Estudos Disponibilizadas em Projetos de Extensão para Doutorandos			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar 20 bolsas de estudos em Projetos de Extensão para educadores e gestores das redes públicas dos municípios atingidos em MG e ES, que estejam matriculados em Cursos de Doutorandos.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Ago/24		Dez/25
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I11:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de bolsas disponibilizadas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relação de pagamento das bolsas para os cursistas matriculados.		

I12 – Número de Projetos Pedagógicos Experimentais da Região Fomentados pelos Projetos de Extensão para Doutorandos			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Fomentar financeiramente 20 Projetos Pedagógicos Experimentais dos Municípios		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Fev/26		Jul/26
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I12:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de projetos fomentados		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de monitoramento de seleção/implantação dos projetos.		

I13 – Número de Vagas Disponibilizadas para Capacitação e Fortalecimento de Instituições Socioambientais Locais			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar 120 vagas para capacitação e fortalecimento de instituições socioambientais dos municípios atingidos em MG e ES.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Jan/22		Jan/23
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I13:			
$N = X$			
Numerador			
Definição		N - Resultado esperado X - Quantidade de vagas disponibilizadas	
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro		Relatório de mobilização das instituições/Resultado do Edital de Seleção e/ou Fichas de inscrição das instituições.	

I14 – Número de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais Fomentados			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Fomentar financeiramente 120 Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais nos Municípios Atingidos		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Jan/24		Jan/25
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I14:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de projetos fomentados		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de monitoramento de seleção/implantação dos projetos.		

I15 – Número de Vagas Disponibilizadas para Capacitação de Lideranças Jovens			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar 3.000 vagas para capacitação de jovens entre 15 a 29 anos, dos municípios atingidos em MG e ES.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Ciclo 01 out/20		Jul/21
	Ciclo 02: Ago/22		Jul/23
	Ciclo 03: Dez/24		Out/25
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I15:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de vagas disponibilizadas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de mobilização dos cursistas e Fichas de Inscrições.		

I16 – Número de Projetos de Juventudes Fomentados			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Fomentar financeiramente 120 projetos de revitalização ambiental, social, econômico e/ou cultural elaborados pelos jovens nos municípios atingidos – MG e ES		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Inteiro	Maior melhor	Cumulativo	N/A
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Ciclo 01: Jul/21		Mar/22
	Ciclo 02: Ago/23		Abr/24
	Ciclo 03: Nov/25		Jul/26
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I16:			
$N = X$			
Numerador			
Definição	N - Resultado esperado X - Quantidade de projetos fomentados		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de monitoramento de seleção/implantação dos projetos.		

Critérios para encerramento do programa

O encerramento do programa se dará no prazo de dez anos contados após o início das atividades conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula 172 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC. Considerando que as ações emergenciais iniciaram em agosto de 2016, o encerramento deste programa ocorrerá em agosto de 2026, conforme os critérios abaixo relacionados:

O Projeto Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce se encerrará quando:

1. Realizar a oferta de 9.000 vagas para o Curso de Aperfeiçoamento até dezembro de 2022;
2. Realizar a oferta de 9.000 bolsas de estudos para o Curso de Aperfeiçoamento até dezembro de 2022;
3. Realizar fomento à 1.105 Projetos Pedagógicos Experimentais de Sala de Aula até dezembro de 2022;
4. Realizar a oferta de 78 vagas para o Curso de Especialização Lato Sensu até julho de 2023;
5. Realizar a oferta de 78 bolsas de estudos para o Curso de Especialização Lato Sensu até julho de 2023;
6. Realizar fomento à 1.105 Projetos Pedagógicos Experimentais das Escolas até janeiro de 2024;
7. Realizar a oferta de 39 vagas para Projetos de Extensão para Mestrandos até dezembro de 2024;
8. Realizar a oferta de 39 bolsas de estudos para Projetos de Extensão para Mestrandos até dezembro de 2024;
9. Realizar fomento à 39 Projetos Pedagógicos Experimentais dos Municípios até julho de 2025;
10. Realizar a oferta de 20 vagas para Projetos de Extensão para Doutorandos até dezembro de 2025;
11. Realizar a oferta de 20 bolsas para Projetos de Extensão para Doutorandos até dezembro de 2025;

12. Realizar fomento à 20 Projetos Pedagógicos Experimentais da Região até julho de 2026.

O **Projeto Fortalecimento de Redes e Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce** se encerra quando:

1. Ofertar 120 vagas para capacitação e fortalecimento de instituições socioambientais locais até julho de 2022.
2. Fomentar 120 Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais de revitalização ambiental, social, econômico e/ou cultural até setembro de 2024.

O **Projeto Formação de Lideranças Jovens** se encerra quando:

1. Realizar oferta de 120 vagas para capacitação e fortalecimento de instituições socioambientais locais até julho de 2022.
2. Fomentar 120 projetos de revitalização ambiental, social, econômico e/ou cultural elaborados pelos jovens até julho de 2026.

Monitoramento e Avaliação

O limitado sucesso na execução de programas sociais, em sua grande maioria está intimamente relacionado ao desconhecimento de seus efeitos e impactos. Para medição desses resultados existem vários modelos que dependendo do que se queira inferir podem ser adequados.

Segundo Buvnich “os resultados da avaliação possuem mais chances de serem utilizados quando o monitoramento e a avaliação são parte integral do gerenciamento do programa e quando estes são conduzidos de forma permanente pela gerência do mesmo”.

O conceito desses dois termos, monitoramento e avaliação, é empregado em vários contextos o que dificulta e confunde a execução destas ferramentas. Para esta proposta adotaremos o conceito de monitoramento dado por Buvnich:

Envolve a coleta de informação sobre insumos, produtos, atividades e circunstâncias que são críticas e relevantes para a efetiva execução do programa ou projeto. Através dessa informação, o monitoramento analisa e verifica, num processo contínuo, se os recursos e as atividades estão sendo executados segundo o programado e se as metas sobre os resultados estão sendo alcançadas ou não, indicando, ao mesmo tempo, as razões de sucesso e insucesso. Em outras palavras, o monitoramento

fornece a informação e as sugestões necessárias para que a gerência do programa verifique o progresso do trabalho, a fim de tomar as decisões cabíveis, no sentido de que as metas do programadas sejam alcançadas e/ou ajustadas. (BUVINICH, 1999)

Sendo assim, o monitoramento e a avaliação do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio doce se darão de forma continuada, durante sua execução, em duas vertentes:

1. **Monitoramento/Avaliação de processos:** serão examinados os procedimentos adotados e as ações empreendidas, possibilitando uma análise capaz de retroalimentar propostas e fornecer subsídios para eventuais correções de rumos. Este acompanhamento será realizado em quatro instâncias:
 - a. Pela equipe do programa, em reuniões periódicas;
 - b. Pela equipe do programa em conjunto com as equipes de outros programas da Fundação Renova, quando for relacionada a situações de interface,
 - c. Pela equipe do programa em conjunto com a Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo em reuniões ordinárias e extraordinárias, e Em conjunto com os públicos atendidos, constituindo-se reuniões/fóruns/encontros com representantes dos grupos afins. É necessário considerar, nestas reuniões, o acompanhamento no atendimento das metas apontadas.

2. **Avaliação de resultados:** a partir da análise das metas e dos indicadores constituídos para este programa, durante e após a execução do mesmo, permitir-se-á analisar o andamento dos trabalhos e o atendimento de seus objetivos. Esta aferição deverá ser feita através do recolhimento e análise de dados, expressos nos monitoramentos, diagnósticos e prognóstico do programa. É necessário analisar os resultados alcançados com a execução e cada projeto e a eficiência das ações desenvolvidas. Poder-se-á considerar a construção de novos instrumentos de avaliação de processo e de resultado com o decorrer das atividades da equipe.

7. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Lei 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: abril, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). 3.ed. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Apoio à implementação do Programa de educação ambiental e agricultura familiar nos territórios: volume 5 – Organização da oficina territorial de educação ambiental e agricultura familiar/Alex Barroso Bernal, Organizador. Brasília: MMA, 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 258p.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Dematteis, G.; Governa, F. **Territorio y territorialidad en el desarrollo local: La contribución del modelo SLOT**. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, n.39. p. 31-58, 2005.

LIMEIRA, M.C.M. **Capacitação social como estratégia para restauração de rios: gestão adaptativa e sustentável**. 2008. Tese (Doutorado) - UFPB/PPGRH, Campina Grande, 2008.

MACHADO, Antônio Thomaz da Mata. A construção de um programa de revitalização na bacia do Rio São Francisco. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 195-210, jan. 2008. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10301>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

RABINOW, P. **French modern: norms and forms of the social environment**. MIT Press, 1989 (University of Chicago Press, 1995).

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RENNÓ, Fernanda de Andrade Pinto. **Le Sertão Mineiro: Um territoire à la recherche de ses paysages et de ses identités**. 2009.These (Doctorat)- I^{re} Université de Toulouse Le Mirail, Toulouse, 2009.

TONSO, S. Cardápio de aprendizagem. In: **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 47-56. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/encontros.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2018.

UMMUS, Rafael Eichemberger. **Relatório Analítico-Propositivo**. Subprograma de

Fortalecimento da Rede de Práticas de Revitalização da Bacia do Rio Doce. Fundação renova, 2017.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com projetos:** planejamento e gestão de projetos educacionais. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 293p.

TORO, Bernardo José; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TRAJBER, Rachel. **Relatório Consolidado de Aportes teórico-conceituais, analíticos e estratégicos.** Oficina do Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do rio Doce: diálogos com a gestão pública. Fundação Renova, 2017.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político pedagógico:** uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

8. Bibliografia consultada

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Revitalização de Bacias Hidrográficas**.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/agua/bacias-hidrograficas/revitaliza%C3%A7%C3%A3o-de-bacias-hidrogr%C3%A1ficas>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Lei 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: abril, 2018.

BRASIL. Casa Civil. Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n 9795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BUVINICH, Manuel Rojas. **Ferramentas para o monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais**. Unicef, 1999.

DEBONI, Fábio; MELLO, Soraia. Panorama da juventude ambientalista. In: BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas. Brasília: Unesco, 2006. Cap.1. p.23-52.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO RENOVA. Termo de ajustamento de conduta (TTAC). Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo/>>. Acesso em 10 de outr. 2017.

GRÜN, Mauro. **Ética e Educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas: Papyrus, 1996. 115p.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 1. p.15-29.

JACOBI, P. R. **Educação Ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, mai/ago. 2005.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 343p.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 537p.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009. 439p.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 239p.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental no Brasil**: formação, identidades e desafios. Campinas: Papyrus, 2011. 249p. (Coleção Papyrus Educação).

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213p.

MORALES, Angélica Góis. **A formação do profissional educador ambiental**: reflexões, possibilidades e constatações no curso de especialização da UFPR. 2007. 233f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v.13). 128p.

QUINTAS, J. S. **Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória.**
In: LAYRARGUES, Philippe P. (Coord.) *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Educação Ambiental, 2004, p. 113-140.

9. Anexos

Anexo 01: CARDÁPIO DE APRENDIZAGEM- Programa de Educação para a Revitalização de Bacias

ANEXO 01:

CARDÁPIO DE APRENDIZAGEM

Programa de Educação para a Revitalização de Bacias

O *Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce* elencou um conjunto de conceitos e temas relacionados com a educação para a revitalização que servirão de base e subsídio aos processos de aprendizagem desenvolvidos pelas escolas (educação formal), pelas redes e espaços de governança (não-formal) e pelas comunidades e demais oportunidades de interação e diálogo (informal).

A este repertório de temas (ideias, saberes, projetos), ao qual chamamos de "**Cardápio de Aprendizagem**", se agregarão outros assuntos de relevante interesse para os processos de formação, ou mesmo serão modificados e adaptados, conforme a dinâmica de construção da aprendizagem nos territórios e com os atores da bacia.

Numa aproximação entre "alimentação" e "educação", e fazendo uma analogia com a culinária, entre "sabor" e "saber" (TONSO, 2005), o cardápio de aprendizagem não deve ser uma receita pronta e nem uniforme, mas um elenco variado de "temperos" e "ingredientes" ou de opções de temas inspiradores para os processos de aprendizagem.

Quanto mais variadas as histórias de vida e de construção pessoal presentes nas comunidades de aprendizagem, maior variedade tende a existir nos itens de cardápio.

Conforme TONSO (2005), "a oportunidade oferecida por um 'cardápio' é a de proporcionar um amplo leque de escolhas, de atividades de variados tipos em qualidade e quantidade, suficientes para atender à 'fome de saberes' dos diversos educandos. Não engessar a formação é uma atitude política, na medida em que, desta forma, afirma-se a IDENTIDADE e DIVERSIDADE, acentua-se a posição de que somos todos diferentes e que a diferença não é um problema, muito pelo contrário, é uma característica que deve ser valorizada, incentivando que cada educando busque os itens que lhe sejam mais apropriados, incentivando-o na construção de sua AUTONOMIA".

Os temas abaixo elencados nesta primeira versão do “cardápio” foram inspirados nos aportes teórico-conceituais e nos diálogos ocorridos nas oficinas e seminários do processo de construção deste programa. À medida em que forem validados, serão também complementados com os respectivos conteúdos descritivos de textos, imagens e áudio-visuais.

CARDÁPIO DE APRENDIZAGEM

- **Introdução à territorialidade da Bacia do Rio Doce**
 - O que é bacia hidrográfica
 - O que é comitê de bacia hidrográfica
 - A bacia do Rio Doce
 - O processo de ocupação: dos primórdios aos dias atuais
 - Estado da arte da água e da gestão
 - Condições socioambientais
 - Riscos e desastres
 - Atores e arranjo de governança (o CBH Doce e os subcomitês)
 - Instrumentos de gestão (plano de bacia, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informações)
 - Revitalização da bacia do Rio Doce
 - Programas e ações
 - Práticas inspiradoras
 - Estratégias de atuação
- **Água como matriz ecopedagógica**
 - As múltiplas dimensões da água e os diferentes olhares e saberes a ela associados
 - Origens da água e da vida
 - Mãe Terra, o Planeta Azul
 - O ciclo hidrológico e territorialidades hídricas
 - Água e Recurso Hídrico
 - Água e Saneamento como direito humano
 - Educação para a revitalização como resposta à crise global da água e aos desafios para a sustentabilidade
- **Educação para a Revitalização**
 - EA (Educação Ambiental)
 - Princípios e valores
 - Referências teórico-conceituais
 - Processos de aprendizagem
 - Metodologias
 - Arranjos de participação e formação
 - Educomunicação
 - Efeitos pedagógicos e democratizantes
 - ERRD (Educação para a Redução dos Riscos de Desastres)
 - EP (Educação Popular)

- Desastres: riscos e prevenção
- Economia Criativa
- Economia / Valoração ecológica e ambiental
- Saberes e Cuidados socioambientais (conhecimentos e práticas)
- Ecologia política
- Democracia participativa e de alta intensidade
- Cidadania e justiça socioambiental
- Comunidades interpretativas de aprendizagem
- Democratização das informações socioambientais
- Descolonização e ecologia de saberes
- Solidariedade, cooperação e compromissos intergeracionais
- Vitalidade comunitária
- Conflitos socioambientais
- A mineração e os modelos de exploração de recursos minerais
- Economia solidária
- Autonomia, soberania e autodeterminação
- Turismo sustentável de base comunitária
- Transição agroecológica.